

2/20/41

REVISTA DO ENSINO

(2.^a F A S E)



PUBLICADA PELA DIRETORIA DA EDUCAÇÃO DO
———— ESTADO DE ALAGOAS ————

VOL. I — JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO — N. 1
— 1952 —

REVISTA DO ENSINO

(2.^a FASE)



PUBLICADA PELA DIRETORIA DA EDUCAÇÃO DO
ESTADO DE ALAGOAS

VOL. I — JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO — N. 1

— 1952 —

REVISTA DO ENSINO

RUA BARÃO DE ALAGOAS N. 441

MACEIÓ — ALAGOAS

Diretor:

PROF. IB GATTO FALCÃO

Secretário:

IVAN MALTA GATTO

Redatores:

PROF. ABELARDO DUARTE

PROF. DOMINGOS DE ARAUJO LIMA

PROF.^a MARIA DOROTHÉA CARNEIRO

PROF.^a MARIA HERMINIA LINS ROSA OITICICA

PROF. ODORICO MACIEL

PROF. THÉO BRANDÃO

PROF. SEBASTIÃO DA HORA

PROF.^a FERNANDINA MALTA DE SOUZA

— :: —

A Revista não endossa os conceitos emitidos em artigos
assinados e materia transcrita

ÍNDICE

EDITORIAL	5
ORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO LICEU — Abelardo Duarte	7
O QUE EU DIRIA A CONCLUINTES DO CURSO GINASIAL — Valdemar de Oliveira	24
O ENSINO MÉDICO NAS ALAGOAS — Ib Gatto Falcão	27
PROBLEMAS DE ENSINO SECUNDÁRIO — Theo Brandão	33
“É A CRIANÇA PROBLEMA SEMPRE UM PROBLEMA?” — Ma- ria Dorothea Carneiro	37
NOTAS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE CLUBES AGRÍCOLAS EM ALAGOAS — Jorge Pinto de Lima	43
RELATÓRIO — Maria Hermínia L. Oiticica	49
RELATÓRIO	56
ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	62
NOTICIÁRIO	72
SOCIAL	73

EDITORIAL

Ressurge, após longos anos, a Revista do Ensino. Criada em uma época renovadora da educação no Estado, prestou reais serviços, servindo de documentário de uma administração e repositório magnífico da cultura, do trabalho e da capacidade de quantos se dedicaram naquela fase às lides educacionais em Alagoas.

Encerrada com o Governo Costa Rego a administração de Adalberto Marroquim, que foi um condutor esplendido da educação estadual, reformando, inovando, exigindo e criando um clima dinâmico de atividade e realizações, pouco tempo mais viveu a Revista.

Novos horizontes agora se abrem para os problemas educativos no Estado. É pensamento do Governo dar à Educação o destaque que merece pela relevância de suas finalidades e sentido civilizador e construtivo de seu problema.

Homem moço e idealista, o atual Governador, sentindo e compreendendo as angústias do mundo de hoje, na vertigem de uma civilização em constante evolução, realiza uma obra de governo que se caracteriza por uma diretriz de trabalho e atividade integrais, procurando desenvolver e melhorar o Estado não só nos seus aspectos materiais e econômicos, mas também nos domínios da inteligência, da cultura, da arte, da solidariedade humana e da justiça social.

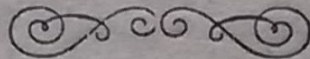
Retoma assim, por força dessa orientação, o órgão estadual de ensino o seu lugar na administração pública.

Os seus problemas começam a ser considerados. As suas deficiências examinadas para solução próxima. E um novo espírito dominará as atividades educativas, pelo prestígio do Governo aos trabalhos e criações da inteligência.

Em tal ambiente ressurge a Revista do Ensino. Será como a outra, um órgão de trabalho, um permanente estímulo ao estudo e o registro das atividades de um setor da vida administrativa e social do Estado nem sempre bem compreendido na amplitude de suas tarefas e importância dos seus objetivos.

Em suas colunas o magistério alagoano, nas suas várias categorias, encontrará sempre uma tribuna para dizer de seus problemas e das suas necessidades. E nunca como nos dias que correm, precisaram tantos os educadores de difundir as suas ideias e proclamar o sentido universal e humano de suas atividades.

Órgão de cultura e divulgação, procurará a Revista levar ao professorado das Alagoas o fruto dos trabalhos de seus mestres e as lições atualizadas e modernas dos técnicos e especializados nos domínios da educação. E nesse intercâmbio de trabalho, ideias e conhecimentos, irá alicerçando as bases da formação de uma consciência profissional no magistério das Alagoas, necessidade inadiável para a revalorização, acatamento e prestígio dos educadores.



ORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO LICEU

ABELARDO DUARTE

Catedrático de Geografia do Brasil
do Colégio Estadual de Alagoas

É com grande emoção de alagoano que ama a sua terra que assomo a esta tribuna para dirigir-vos a palavra. Aqui nos reunimos, neste instante, confraternizados e jubilosos, Mestres e Alunos para a comemoração solene da passagem do 1º Centenário da fundação do nosso querido Liceu Alagoano, atual Colégio Estadual de Alagoas.

Permiti que, afastando-me da praxe em ocasiões como esta, deixe de lado o desacerto da minha escolha para orador e intérprete dos vossos sentimentos, e me volte inteiramente para o significado desta celebração centenária.

Deixai também que vos diga que não poderíeis ser mais felizes na escolha do local das comemorações. Diante da galeria ilustre que circunda este salão, de cujas paredes brancas de cal pendem os vultos dos que lecionaram neste estabelecimento de ensino e a morte de nós arrebatou, é que cumpria ser recordada a data de hoje.

Sinto-me bem, falando-vos desta tribuna e na nossa própria casa.

Aqui exerço, como vós, o professorado, na labuta de todos os dias, sem ambições maiores do que a advinda da glória de ensinar, que tão pouco rende e tanto exige.

Nosso encontro desta noite tem, porém, um sentido diferente: não são somente os deveres da cátedra que nos congregam, mas ainda as expansões do nosso civismo e os transbordamentos deste grande amor à terra natal.

É bem com a alma plena de júbilo e a consciência cívica de Mestres e Alunos que aqui nos encontramos.

Nas minhas leituras e incursões pelas searas alheias, deparei-me certa vez uma obra, cujo autor demonstrava suficientemente o desenvolvimento da ciência histórica e argumentava que a História parecendo, às vezes, que é menos-que-ciência, é mais-que-ciência. E dizia, sentencioso, esta esplêndida verdade: "É a relação com a vida o que lhe dá seu grande valor para a vida". (J. Huizinga, *Sobre el estado actual de la ciencia historica*).

Foi pensando nisto, nessa inter-relação entre o histórico e o biológico, que vos quis mostrar um pouco da história desta casa secular. E andei, como traça, nos arquivos, a procurar a página primeira do livro dessa vida. Vi então que a história do nosso Liceu é a própria vida dos homens públicos de nossa terra, dos intelectuais e dos homens de saber, que, desde 1849 até hoje, lecionando, educando e doutrinando, o serviram com abnegação e brilho. Prefiri porisso a um discurso puramente laudatório e protocolar este mergulho, sentimental e histórico, nos seus fastos, trazendo à tona factos, homens e coisas.

ENSINO SECUNDÁRIO

Não é sem estranheza que, bosquejando-se a evolução do ensino no Brasil, se constata o atraso em que se manteve por tão largos anos.

Filiado êsse atraso pelos estudiosos às causas mais diversas, reconhecem quase todos, entretanto, — e neste número está Fernando de Azevedo — que entre elas se incluem as decorrentes das condições do ambiente, desfavoráveis ao progresso cultural, das condições econômicas então reinantes, que tinham por base o sistema agrário, exclusivo e único, num regime de escravidão, da falta de comunicações que impedia a difusão dos conhecimentos e de muitas outras causas, de menor valor, que concorriam, cada qual com seu contingente negativo, para impedir-lhe um ritmo célere e progressista.

Viu-se assim retardada de muitos anos a marcha do nosso ensino.

Na esfera propriamente do curso secundário, que propicia ao jovem “o conhecimento globalizado dos fenômenos e dos factos, naturais e sociais”, verifica-se que sofreu a pressão dessas circunstâncias, cedendo ao seu império, embora se tivesse adiantado ao primário.

Ademais, o conceito do curso secundário variou de povo para povo, como assinalou Afrânio Peixoto, sofrendo o efeito das condições do momento, conforme os objectivos da cultura.

No Brasil, o humanismo tem perdido um pouco da sua finalidade precípua, que é preparar sólidamente o indivíduo para a vida futura, ou seja dar-lhe uma cultura geral básica, sem finalidade profissional. Não há como esconder, porém, a preocupação do estágio superior, o acesso aos cursos universitários, a ânsia do diploma, a corrida ao título de doutor.

A preparação secundária é da mais alta importância. Por isso mesmo, torna-se lamentável e criticável que os responsáveis pela organização do ensino, no nosso país, não tenham

contribuir para esse disvirtuamento e para a mediocridade nacional, como acontece agora, com a instituição de certos cursos relâmpagos, verdadeiras escaladas, cujas consequências nefastas já se fazem sentir manifestamente nos exames vestibulares prestados nas Faculdades superiores em todo o país.

Não cabe neste instante a análise das reformas de ensino que já se decretaram até hoje nem quero descer a comentar as nossas leis.

Desejo, entretanto, salientar que muitas vezes não presidiu à elaboração dessas leis nenhum espírito objectivo.

Desde o enciclopedismo pedantesco que Benjamin Constant quis imprimir ao curso secundário, nos primórdios da República, com o decreto n. 981, que se celebrizou, até a actual reforma Capanema, passando pelas leis Rivadávia, Maximiliano, Rocha Vaz e Francisco de Campos, tem esse curso sofrido experiências de toda a sorte, mas sempre para peor, refletindo-se, como é natural, prejudicialmente sobre o gráu de cultura da juventude brasileira. Infelizmente.

O fenómeno que se observa é geral e não regional.

Se tem havido crise no ensino secundário, nestes quase sessenta anos de República, se tem baixado o nível de aproveitamento dos alunos, se há decadência do ensino secundário, como se apregôa, por toda a parte, procure-se a razão desse mal nas próprias leis que regem a espécie. Não na falta de preparo ou dedicação do professorado ou na falta de intelligência ou receptividade da juventude. Sempre houve no Brasil o auto-didatismo e a auto-sufficiência. O que se quer atirar à face da mocidade brasileira é uma clamorosa injustiça à sua intelligência, que sempre foi ágil e viva.

Seria incidir num já velho processo de ataque às tão malsinadas reformas de ensino, repetir-vos agora que elas não têm correspondido aos desejos dos que exercem o magistério secundário e aos dos que buscam aprender. Mas, seria também occasião, se assim o comportasse, de dizer a verdade mesma.

De qualquer forma, não nos cabe a culpa.

A CRIAÇÃO DO LICEU

Com o Ato Adicional de 1834, de carácter descentralizador, passou às Províncias do Império o encargo do ensino público primário e secundário. Teve o curso de humanidades, inegavelmente, desde então, certo impulso, embora se fossem sucedendo os desacertos e se acumulando os erros.

Se, com essa medida, não houve — é justo reconhecer — uniformidade nos métodos e processos educacionais, sendo por-

contribuir para esse disvirtuamento e para a mediocridade nacional, como acontece agora, com a instituição de certos cursos relâmpagos, verdadeiras escaladas, cujas consequências nefastas já se fazem sentir manifestamente nos exames vestibulares prestados nas Faculdades superiores em todo o país.

Não cabe neste instante a análise das reformas de ensino que já se decretaram até hoje nem quero descer a comentar as nossas leis.

Desejo, entretanto, salientar que muitas vezes não presidiu à elaboração dessas leis nenhum espírito objectivo.

Desde o enciclopedismo pedantesco que Benjamin Constant quis imprimir ao curso secundário, nos primórdios da República, com o decreto n. 981, que se celebrizou, até a actual reforma Campanema, passando pelas leis Rivadávia, Maximiliano, Rocha Vaz e Francisco de Campos, tem esse curso sofrido experiências de toda a sorte, mas sempre para peor, refletindo-se, como é natural, prejudicialmente sobre o gráu de cultura da juventude brasileira. Infelizmente.

O fenómeno que se observa é geral e não regional.

Se tem havido crise no ensino secundário, nestes quase sessenta anos de República, se tem baixado o nível de aproveitamento dos alunos, se há decadência do ensino secundário, como se apregôa, por toda a parte, procure-se a razão desse mal nas próprias leis que regem a espécie. Não na falta de preparo ou dedicação do professorado ou na falta de intelligência ou receptividade da juventude. Sempre houve no Brasil o auto-didatismo e a auto-sufficiência. O que se quer atirar à face da mocidade brasileira é uma clamorosa injustiça à sua intelligência, que sempre foi ágil e viva.

Seria incidir num já velho processo de ataque às tão malsinadas reformas de ensino, repetir-vos agora que elas não têm correspondido aos desejos dos que exercem o magistério secundário e aos dos que buscam aprender. Mas, seria também occasião, se assim o comportasse, de dizer a verdade mesma.

De qualquer forma, não nos cabe a culpa.

A CRIAÇÃO DO LICEU

Com o Ato Adicional de 1834, de carácter descentralizador, passou às Províncias do Império o encargo do ensino público primário e secundário. Teve o curso de humanidades, inegavelmente, desde então, certo impulso, embora se fossem sucedendo os desacertos e se acumulando os erros.

Se, com essa medida, não houve — é justo reconhecer — uniformidade nos métodos e processos educacionais, sendo por-

tanto passível de crítica, criadas as *Assembléias Provinciais*, em 1835, coube-lhes a faculdade de legislar sobre essa importante matéria. E o fizeram, sem perda de tempo, tendo em vista a importância da causa e os interesses do ensino.

Cuidaram, o quanto antes, da regularização da instrução pública. Notadamente o curso secundário, que se fazia anteriormente sem orientação própria, condicionado ao anacrônico sistema de "estudos sucessivos como de grãos", experimentou o influxo de novas medidas.

As aulas públicas, as chamadas aulas maiores, aulas régias, de instrução secundária, converteram-se em liceus em muitas das Províncias.

Datam a partir de então — 1835 — os primeiros estabelecimentos de ensino desse grau, — o Ateneu do Rio Grande do Norte, fundada em 1836; o Liceu Provincial da Bahia, criado pela lei provincial n. 33, de 9 ou 19 de Março desse ano, mas só instalado em 1838; o Ateneu Cearense ou Liceu do Ceará, o Liceu do Maranhão, o Colégio Paraense, o Liceu Pernambucano e os de outras Províncias e, principalmente, a criação em 1839 do Colégio Pedro II, que tão decisiva influência exerceu sobre os demais, obra do tino e do gênio político do insigne estadista que se chamou Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi a promissora "era dos liceus". Floresceram em quase todas as Províncias.

Para a criação do nosso Liceu Provincial, concorreram os mesmos factores que geraram o clima propiciatório dessa era liceal.

Desde remota data, o ensino secundário existia nas Alagoas, sob a modalidade de aulas avulsas. E exdruzulamente veio antes do ensino das primeiras letras. Já, em 1799, possuía Alagoas, então Comarca sob a jurisdição de Pernambuco, um professor de gramática latina, pago pelos cofres do Seminário de Olinda. E foi, em verdade, no ambiente tranquilo dos claustros, que entre nós se iniciou o ensino secundário.

Nos conventos da antiga cidade das Alagoas, velha metrópole, criaram-se, no começo do século XVII, segundo Pedro Paulino da Fonseca, aulas de gramática "para os filhos dos moradores sem estipêndio algum", e durante muito tempo a cultura se fez unicamente nos mosteiros das Alagoas e Penedo.

Com o desmembramento da Comarca das Alagoas da Capitania de Pernambuco e conseqüente autonomia política e administrativa, em 1817, surgiram diversas cadeiras de humanidades,

Em 1835, o ensino secundário era ministrado em dez aulas avulsas na Província: cinco aulas de Latim, duas de Francês, uma de Retórica, uma de Filosofia e uma de Aritmética. Multiplicaram-se, porém, até 1849.

se atiraram à criação dos liceus, a partir de 1835, não procurámos seguir logo êsse exemplo salutar.

Através das **Falas** dos antigos presidentes da Província das Alagoas, percebe-se a desorganização que reinava em tão importante setor de administração pública. Raro era o presidente que se não referia ao estado lastimável da instrução pública.

A visão panorâmica da instrução pública mostrava-se mesmo, de um grande atraso. O Brigadeiro Henrique Marques d'Oliveira Lisboa disse-o, usando de toda a sua franqueza, em sua **Fala** à Assembléia Provincial, em 1845: "não he meu intento disfarçar-vos o atrazo em que se acha a Instrução Pública".

O mal provinha com certesa da dispersão do ensino, sem uma fiscalização conveniente e rigorosa, sem diretrizes definidas, sem um professorado capaz.

Em 1847, outro presidente da Província, Antônio Manuel de Campos Melo insistia no propósito "de que se deve centralizar a instrução secundária na capital da Província, reunindo-se as aulas numa Casa debaixo da direção do Conselho Permanente da Instrução Pública e da suprema inspecção da Presidência".

Estava clara a origem do mal, assim apontada pela palavra presidencial.

Faltavam aos governantes, porém, decisão para um ato dessa natureza, coragem para enfrentar os impecilhos e os êrros passados e presentes. Muitos deles sem a visão larga do problema do ensino, deixavam-se ficar no vasio das idéias, contemporizando com a situação.

Os anseios dos alagoanos não encontravam eco no seio da Assembléia Legislativa nem no espírito dos que dirigiam a Província, homens públicos alheios aos nossos grandes problemas e mais prementes necessidades.

Somente a força das circunstâncias havia de compeli-los, a ambos, Govêrno e Parlamento, a tomarem uma resolução, afinal, em proveito da mocidade, a mais prejudicada, e a bem da moral administrativa e dos supremos interesses da Província.

Surgiria um dia o nosso Liceu.

CENTRO DO ENSINO PÚBLICO DA PROVÍNCIA

A Província das Alagoas, desde a presidência de Manuel Felizardo de Souza Melo, que, já em 1842, se havia dirigido à Assembléia Legislativa Provincial, pedindo-lhe a criação de um estabelecimento desse gênero, ansejava porém por emular-se com as suas co-irmãs. E não existiam razões em contrário.

Foi, entretanto, o fluminense Cel. Antônio Nunes de Aguiar, presidente da então Província das Alagoas, sancionando a lei pro-

vincial n. 106, de 5 de Maio de 1849, o fundador desta Casa, chamada de início Liceu de Maceió ou Liceu Provincial, oficialmente. Abria-se, com esse ato, uma nova fase ao ensino secundário oficial nas Alagoas.

Perdia o aspecto de estudo fragmentário, sem unidade, que lhe davam as aulas avulsas de preparatórios.

Enveredava por um caminho mais largo, por uma estrada mais ampla, que, entretanto, não seria palmilhada facilmente.

Não foram poucos os escolhos em que tropeçou e caiu.

Mas, é de justiça reconhecer que, lutando contra obstáculos, de várias naturezas, que se lhe antepuzeram ao progresso, acabou vencendo. Não só triunfando, como principal casa de ensino, mas ainda se impondo pelo valor de seu professorado, pela sua disciplina, pelo grau de aproveitamento escolar, a que atingiu e de que justamente se ufana.

No documento fundamental, o Liceu foi considerado (art. 8º da Lei Provincial n. 106, de 5 de Maio de 1849) "o centro do ensino público da Província, e como tal são-lhe sujeitas todas as aulas da mesma".

Começou a funcionar com oito cadeiras: Gramática nacional e Análise dos clássicos portugueses; Latim; Francês; Inglês; Aritmética, Algebra e Geometria; Geografia-Cronologia e História, Eclética e Poética; Filosofia racional e moral.

O ESTATUTO

A 4 de julho de 1849, passados dois meses quase do acto que o criou, o presidente da Província publicou o Estatuto da Congregação do Liceu. São onze capítulos, com mais de sessenta artigos, em que o cel. Nunes de Aguiar estabeleceu as normas, pelas quais se havia de reger o Liceu, que nesse documento recebeu o nome de Liceu da Província das Alagoas.

Em seu art. 1º, diz o Estatuto que "a reunião dos professores, presidida pelo Diretor do Liceu ou por quem as suas vezes fizer, constitui a Congregação". Vê-se por aí o espírito liberal que presidiu à feitura do Estatuto, em cujo art. 1º logo se cogitava da Congregação.

Para poder deliberar, exigia o Estatuto a maioria absoluta dos professores em efetividade. O presidente tinha o voto de qualidade no caso de empate.

Entre as atribuições da Congregação, incluía-se a de "indicar os meios práticos para a mais fiel observância dos trabalhos literários, a fim de que os alunos obtenham a maior instrução; e a ordem se mantenha no Liceu e em todas as aulas públicas da Província". Também incumbia à Congregação propôr ao presi-

dente da Província o que julgar conveniente para aperfeiçoar o regime interno e a disciplina do estabelecimento”.

O candidato a qualquer das aulas do Liceu pagava pela matrícula anual 6\$400 rs., na forma do art. 12º da lei.

Exigiam-se para a matrícula “conhecimentos ou noções de leitura e escrita da língua portuguesa e das quatro operações dos números inteiros, provado com atestado de professor público ou de colégio ou escola estabelecida na forma da lei”.

Só começavam as aulas depois das 8 horas da manhã. A de Latim, ministrada diariamente, iniciava-se às 8 e terminava ao meio dia; eram 4 horas divididas em duas partes. As de Francês e Inglês duravam 2 horas a fio e as demais, hora e meia de exercício cada uma. O professor de Latim tinha que adotar na sua aula o sistema de decúrias.

A disciplina era rígida, o que não excluiu, entretanto, certa desordem que reinou no início tumultuário da vida do Liceu.

Era severamente punido o aluno que fizesse “caricaturas, pinturas obscenas e indecorosas”, ou escrevesse palavras de mau jaez ou puzesse” pasquins dentro da aula”.

Na 1ª falta do aluno, a penalidade consistia em repreensão de modo acre pelo professor, na 2ª pela Congregação e na 3ª perda do ano letivo.

Os professores deviam “buscar incessantemente inspirar a seus discípulos sentimentos de religião, piedade, amor à virtude, à pátria e aos seus semelhantes, obediência às leis e às autoridades legais, e aos seus superiores, amor ao estudo e trabalho” e estimular aqueles que “praticarem ações honestas e meritórias” e se aplicarem ao estudo.

Para acesso ao magistério o Estatuto exigia o concurso, estabelecendo assim o princípio de seleção entre os mais capazes.

Constava o concurso de 3 provas: “um discurso improvisado; uma dissertação escrita; argumentação dos candidatos”. O “discurso improvisado” devia corresponder hoje à prova didática. A Congregação organizava previamente “uma série de proposições ou questões sobre todas as matérias do ensino da cadeira” e fazia sorteá-las na hora.

Os professores percebiam o ordenado de 600\$ e mais uma gratificação correspondente à terça parte deste simplesmente pelo exercício. Tinham igualmente direito à gratificação de duzentos mil reis os professores que percebiam, anteriormente, maior ordenado. Em 1852, o ordenado é elevado para 800\$ e abolida a gratificação. Em 1871, era de 1:200\$.

O estudante não podia frequentar mais de duas aulas no ano letivo. Em todo o decurso do período escolar, estavam abertas as matrículas para as aulas de línguas. As de ciências, apenas de 15

de janeiro a 1º de fevereiro. "Nas aulas de línguas, serão vagos os exames; nas demais porém serão feitos por pontos".

Três letras — M-B-R — significando "melhor, bom e reprovado", eram as notas atribuídas. Havia os 3 L.L.L., indicando aprovação com louvor, 3 A.A.A., aprovação plena; A.A. e R. simpliciter; dois e mais R. R., reprovado.

O corpo administrativo do Liceu constava apenas de um diretor, um secretário e um contínuo, servindo de porteiro, nomeado pelo governo.

Em 1855, a secretaria do Liceu é substituída pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

O Estatuto de 1849 criou ainda as comissões inspectoras do ensino público em toda a Província, para as quais se dava preferência aos "párocos nas suas respectivas paróquias, os juizes de direito e municipais formados e as pessoas mais inteligentes do lugar".

Nunes de Aguiar, com inegável visão do problema do ensino, traçou nesse Estatuto, um verdadeiro plano de educação, por onde o Liceu enveredaria na sua obra de formação da cultura na Província.

Passado um século, e apesar do clamor que se levantou contra esse Estatuto, êle constituiu um documento público que desafia a nossa curiosidade e onde transparece o desejo de servir à causa da instrução, não só pelo seu aspecto pedagógico, mas ainda pelo seu aspecto moral e social. Ele procurou situar — numa antecipação verdadeiramente espantosa — o ensino das humanidades no seu sentido pragmático, no seu sentido verdadeiro, e seria estulto que se procurasse, naquele Estatuto, uma obra perfeita. Os postulados principais na obra educativa, Nunes de Aguiar encarou-os nesse documento centenário: preparo intelectual do professor e do aluno; educação moral, civismo, disciplina, distribuição do currículo escolar, etc. Com o sistema escolar que concebeu, tracejava as linhas mestras da educação em função da sociedade, preparando o jovem para o meio social, em que irá viver, intervir e colaborar.

Estamos precisamente a um século da publicação desse documento, mas sentimos ainda que ele se não tornou de todo obsoleto.

Entretanto, o Estatuto do Liceu sofreu grandes restrições; acharam-no, paradoxalmente, não compatível com a época.

O 1º DIRETOR DO LICEU

Chamou-se José Próspero Jeová da Silva Carroatá. Foi um

ilustre penedense de nome arrevezado, além de professor, jurista, jornalista e político, o primeiro diretor da Casa.

Homem de saber e de espírito público.

Só a circunstância de exercer o magistério, deixa à mostra a sua desambição e a sua formação moral e intelectual.

A atuação de Próspero Jeová à frente do Liceu, na fase justamente do seu início, e conseqüentemente a mais difícil, foi apontada pelos seus contemporâneos como fraca e falha, sobretudo no juízo talvez apaixonado de Silva Titara.

O primeiro diretor desta casa era, entretanto, um dos mais afamados vultos do professorado de seu tempo. Bacharel em direito, homem culto, e dedicado aos estudos de história, deixou trabalhos publicados, de valor incontestável, inclusive uma memória histórica — Crônica do Penedo — inserta na "Revista do Instituto Histórico de Alagoas", a cujo quadro social pertenceu, como sócio efetivo. Na cidade do Penedo, fundou um Colégio, que teve celebridade.

Condições ambientais concorreram possivelmente para esse estado de coisas, de que resultou certo fracasso de sua gestão.

A posteridade não deve cobrir de opróbios a memória desse ilustre alagoano, que arcou com as pesadas responsabilidades de direção e organização do estabelecimento, mas que se votou aqui, como depois no Penedo, ao mistér de ensinar, morrendo na pobreza, longe da terra natal. O seu colégio do Penedo ganhou fama, e as gerações de 1866 a 1870, que lhe alizaram os bancos, atestaram o esforço do mestre-escola penedense.

No campo do Direito, principalmente no da pragmática forense, mostrou-se um espírito lúcido, sendo de sua autoria várias obras que se tornaram muito procuradas, em seu tempo, como o "Vade-Mecum Forense".

Honra, pois, à sua memória.

PRIMEIROS TEMPOS

Arrostou o Liceu nos primórdios de sua existência vida precária e atribulada. Em 1853, o diretor geral da Instrução Pública, Bel. José Corrêa da Silva Titara, homem sem peias na língua, mas de idéias exactas, e espírito objectivo, em relatórios que se celebrizaram, tanto de referência ao ensino primário como secundário, mostrou que "a direcção do Liceu, sendo incumbida a um dos respectivos professores, que não curou desde o começo em estabelecer essa energia e rigidez indispensáveis em quem dirige um estabelecimento novo, neutralizou os bons efeitos da criação e aniquilou os créditos do Liceu". E, com a franqueza quase rude que lhe era peculiar, afirmou: "Carece o Liceu de medidas re-

gulamentares de ordem disciplinar no seu regime nômico".

Para salvar talvez os créditos abalados da casa, acabar com indisciplina dos estudantes e normalizar a situação, que se criara, o Dr. José Antônio Saraiva, então na presidência da Província, pugnou pela transformação do Liceu em Internato. A lei n. 235, de 10 de Abril de 1854, dá-lhe essa feição, mas não é executada, sendo posteriormente revogada (Res. Pres. n. 358, de 10 de julho de 1858). No seu relatório de 1854, disse esse ex-presidente, em defesa do professorado do Liceu, que "é com injustiça que se queira atribuir qualquer desar à capacidade literária dos professores catedráticos". Saraiva prestava verdadeira justiça ao saber dos mestres.

Vivia o estabelecimento, porém, debaixo da indisciplina escolar. Ainda em 1857 reinava esse lastimável estado de coisas. O Dr. José Corrêa da Silva Titara a quem por essa época estava afeta a direção do Liceu não pôde mesmo conjurar a peraltice dos alunos, apesar de todo seu empenho e apregoada energia, incidindo desse modo a sua administração na mesma crítica que tecera ao Dr. Próspero Jeová.

Um pequeno incidente havido entre os estudantes e a direção do Liceu, em 1857, mostra como andava frouxa e capenga a disciplina: no jornalsinho — "O Liceista Alagoano" — órgão dos estudantes, impresso na Tipografia Constitucional, nesta cidade, saiu um protesto contra a atitude do Diretor do Liceu proibindo a entrada dos Liceistas no edifício, prendendo-se o facto à realização de uma sessão na Sociedade 7 de Setembro, sem ordem do governo, na séde do "Gabinete de Leitura" que nele funcionava.

Positivamente, esse e outros factos semelhantes foram concorrendo para criar-lhe, nas rodas administrativas provinciais, uma aura de antipatia e de descrédito que redundou posteriormente, num ato disciplinar verdadeiramente impensado do poder público e aberrante de todas as normas administrativas contra o estabelecimento, contando então pouco mais de um decênio de vida.

Mostrou-se o govêrno de uma incapacidade pasmosa.

Com inegáveis prejuizos para o ensino público, quando lhe iacumbia o dever legal de fortalecer e amparar o Liceu, dar-lhe todos os meios de assistência e agir com energia, mas sensatamente, a intervenção do govêrno foi a mais desastrosa e inepta. Extinguiu-o!

Custa crêr que o Governo fosse assim impotente para restabelecer a disciplina num estabelecimento oficial de ensino e se visse na contingência de cerrar-lhe as portas, como medida extrema.

Desde a instalação do Liceu até a sua extinção, sucederam-se várias administrações provinciais, mas nenhuma delas atacou esse problema frontalmente.

Assim, sofreu tempos depois o Liceu esse golpe rude e violento, verdadeiro retrocesso na marcha do ensino secundário na Província: a sua extinção, pela lei n. 370, de 4 de julho de 1861, "por causa da crise financeira que assoberbava a Província" explicou o Dr. Thomaz Espindola. Talvez não fosse mesmo o máu estado das finanças a razão desse ato.

Daí em diante, passaram somente a existir na Capital as cadeiras de Português, Francês e Latim, aproveitando-se para sua regência os professores substitutos do estabelecimento extinto uma vez que os professores efetivos, como os funcionários administrativos foram todos aposentados, (Res. n. 385, de 7 de agosto de 1861).

Voltou-se em matéria de tão magna importância à estaca zero. Reconhecendo o erro em que incidira o governo do Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho, extinguindo o Liceu, o seu sucessor Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga restaurou-o em 1863 (Res. n. 395, de 16 de Novembro de 1863), reinaugurando-se as aulas a 1º de fevereiro de 1864.

Mas, para vencer teve que enfrentar, como era natural, fatores adversos. Não foi, a princípio, a concorrência dos colégios particulares, como aconteceu com os liceus de outras Províncias, que lhe entrou os passos. Ainda em 1864, existiam nesta cidade apenas dois colégios — o de N. S. da Conceição e o de S. Domingos. Verificava-se que os alunos, frequentemente se transferiam para a Bahia ou Recife, centro de escolas superiores, preferindo entrarem logo em contacto com os professores que os teriam de examinar. O abandono das aulas foi um dos fatores, mas não o único, da sua ruína pois, já em 1853, frequentavam as aulas do Liceu 137 alunos, sendo 120 matriculados e 17 ouvintes. Decorreram principalmente as falhas iniciais do espírito de contemporização ou da falta de energia da sua primeira direção. Talvez até do rigor excessivo das disposições regulamentares, pois o Dr. Manoel Sobral Pinto, no exercício da presidência da Província, dirigindo-se à Assembléa Legislativa, em 1853, reclamava-lhe a aprovação dos Regulamentos de Instrução primária e secundária, organizados pelo Dr. José Bento da C. Figuerêdo (senior), e acrescentava que "no mesmo caso se acha o Liceu, resentindo-se da falta de um Regulamento mais consentâneo com o espírito e as luzes do século, apesar dos esforços do Diretor Bacharel José Próspero Jeová da Silva Carotá e dos respectivos

CONSOLIDAÇÃO DA OBRA

Vencidas as dificuldades que lhe iam estorvando os passos, continuou o Liceu a sua missão. Todos os esforços convergiam para firmar sólidamente o seu crédito. Consolidou-se a obra, em pouco tempo.

Novos artífices surgiram. Um clima de estudo e trabalho succedeu à anarquia reinante de início.

Thomaz Espindola sugeriu, como diretor da Instrução Pública, várias medidas para a estabilidade da casa. Entre outras: promover a validade dos exames prestados no Liceu para todas as academias, seminários e colégios gerais do Império; aquisição de edificio "cômodo e condigno com a categoria do estabelecimento"; dispensa dos concursos para os cargos públicos em face do certificado que prove ter o candidato sido aprovado no curso do Liceu (4 anos); etc.

Afinal, o Liceu conseguiu sobrepôr-se a todo os empecilhos e dentro em pouco se constatava, consoladoramente, que somente duas Províncias — Pernambuco e Bahia — excediam a das Alagoas no número de alunos do curso de humanidades, e por causas óbvias. Era o triunfo. Tal foi sua vida no Império.

NA REPÚBLICA

No advento republicano, o Liceu participou dos efeitos bons e máus das várias reformas de ensino no Brasil, reformas que surgem muitas vezes para a mera satisfação de vaidades pessoais, perturbando seriamente a instrução.

O que há, no período que se estende de 1889 aos nossos dias, de passível de crítica, de imperfeito, ou mesmo de grave, na distribuição do ensino, deve ser levado à conta dos erros que promanam das próprias leis de ensino, da liberalidade com que se apresentam essas leis. Não lhes citemos os nomes, mas profli-guemos-lhes os erros.

O Liceu pode varrer a sua testada, neste particular, e repelir o aleive de "fábrica de exames", que em tempos idos lhe atiraram.

Registe-se que, somente por espírito de opposição política, se fez tremenda celeuma, entre nós, contra os exames de propedêutica, realizados, aliás, da mesma forma em todo o país.

Mas, nem o Colégio Pedro II, que é o figurino dos demais, contando com todas as vantagens e possibilidades de instituto federal, possuindo em todos os tempos os mais afamados professores da metrópole, escapou à crítica.

A propósito disso, vale lembrar o que disse dêle o grande

Joaquim Nabuco: "Gastei mais tempo em esquecer as cousas erradas que me ensinaram no Colégio Pedro II do que em aprendê-las".

Neste instante, esqueçamos, porém, as vicissitudes passadas, as apreciações injustas e os qualificativos infelizes.

A REGULAMENTAÇÃO

Coube às administrações que se seguiram a árdua tarefa da regulamentação do Liceu, na fase da República, em consonância com as exigências do ensino público do país.

Pelo Decreto n. 37, de 30-11-1893, o governo harmonizou o Regulamento do Liceu com o do Ginásio Nacional, dando assim o primeiro passo para a sua estruturação em face da lei.

Em 1895, o governo deu novo regulamento à Instrução Pública (Decreto n. 103, 20-12-1895), criando-se então no Liceu o curso de Ciências e Letras, que foi inegavelmente muito proveitoso para a juventude. Esse regulamento é, em 1897, substituído por um novo e, finalmente, no ano seguinte, o Curso de Ciências e Letras (Lei n. 211, 3-6-1898) adapta-se à última reforma do Ginásio Nacional. Essa medida, procurando aproximar mais e mais o Liceu do seu modelo oficial, o Ginásio Nacional ou seja o Colégio Pedro II, propiciou uma das suas grandes e justas conquistas: a sua equiparação ao Ginásio Nacional, em face do Decreto n. 2.587, do Governo da República, em 1898.

O memorável acontecimento encheu de largas expansões de alegria os estudantes, sendo festejado nesta casa pela mocidade que nela se abrigava, numa sessão literária, da qual foi orador oficial, interpretando o pensamento da classe estudantil, o Dr. José Antônio Duarte, professor do estabelecimento, ao ser apresentado em Congregação o citado decreto.

Num ato de justiça aos que exerciam o magistério secundário oficial, são considerados vitalícios desde o momento da posse os lentes do Liceu Alagoano, como os do extinto Liceu de Penedo e das Escolas Normais do Estado (Lei n. 525, 9-6-1908).

Com a preocupação de manter sempre o Liceu dentro das normas estabelecidas pelo governo federal para os efeitos legais e validade dos exames prestados no estabelecimento, sucedem-se os decretos e as leis estaduais, suprimindo, subdividindo e criando cadeiras, bem como reformando o Regulamento da Instrução Pública ou o próprio ensino público.

Adaptando-se às exigências das novas leis de ensino, o Liceu, em virtude do decreto n. 517, de 4 de julho de 1911, passou a ter novo Regulamento, alterado depois pelo decreto n. 532, de agosto do mesmo ano. Em 1915, o governo autorizou por lei (Lei n.

648, de 5 de junho de 1915) a reforma do ensino público para os efeitos da reequiparação do Liceu ao Colégio Pedro II.

Por força de lei, ainda o Liceu perdeu o tradicional nome, que conservava desde o início de sua fundação e passou a denominar-se Colégio Alagoano e depois Colégio Estadual de Alagoas, mantendo-se dentro das exigências das leis de ensino, sob o regime de inspeção federal permanente, em que se encontra.

TRADIÇÃO DE CULTURA

Meus Senhores e minhas Senhoras:

Recordo, com respeito, a tradição de cultura desta casa secular.

Para que as gerações que surgem não ignorem o trabalho, o esforço, a obra e o renome dos que aqui, numa centúria, porfiaram e porfiam no mistér de rasgar às inteligências novos e promissores horizontes, largas estradas ao saber, com a acumulação dos conhecimentos adquiridos no aprendizado das humanidades, é que nos reunimos, neste momento. Rendemos culto às tradições deste instituto, ao labor fecundo dos que nos precederam e se destacaram pelo seu alto merecimento na obra inestimável de preparação intelectual dos jovens estudantes alagoanos.

Desde 1849, abriram-se de par em par as portas do Liceu — com o pequeno interregno de 1861 a 1863 — aos moços desta terra.

E dos bancos do Liceu, quer se chame Liceu de Maceió, ou Provincial, Liceu Alagoano, Colégio Alagoano ou Colégio Estadual de Alagoas — tais foram os nomes que lhe atribuíram nas suas várias fases — saíram para as Faculdades, para os quartéis, para o comércio, para as mais variadas profissões, inumeráveis jovens que, depois, na vida pública, já homens feitos, teriam de ocupar as mais elevadas posições na administração pública, na política, na ciência, nas artes, nas letras, no magistério, no jornalismo, na magistratura, em suma, em todos os setores da vida social e política das Alagoas e, quiçá, do Brasil.

Daqui, deste vetusto casarão, em que, desde 1894 nos instalamos definitivamente, mercê da obra administrativa do governo de Gabino Besouro, foram ainda sem conta os que saíram e se projetaram no cenário cultural da nossa gleba e do país.

E' que, Senhores, aqui não tem faltado a chama do ideal. Nunca jamais fugimos, nesta Casa, ao compromisso assumido e a palavra empenhada, ao juramento sagrado, ao dever profissional.

Num olhar retrospectivo, não será difícil verificar que a obra tão auspiciosamente iniciada, há um século, na visão descortina-
dora do presidente Nunes de Aguiar, prosseguiu sem desfale-

cimentos, impávida e serena, util e frutificadora, a despeito dos que algumas vezes tentaram denegrí-la com apôdos e diminuí-la à vista da nação.

Nós, mercê de Deus, temos sabido e saberemos continuá-la ou, se é possível o eufemismo, renová-la sempre, em consonância com o que passa no mundo biogenético.

Esta comemoração, que nos enche do mais puro entusiasmo, e desperta em nós tantas reminiscências, como que nos aproxima mais do passado, em de vez de distanciar-nos dêle.

Sentimo-nos, à sombra acolhedora desta casa, ligados aos vultos dos nossos antigos mestres, dos inolvidáveis educadores que por aqui passaram, numa comunhão fraterna e imortal. Neste ato solene, esplêndida expansão pública dos nossos sentimentos mais íntimos, nesta exaltação do nosso contentamento e do nosso civismo, é consolador verificar que outras vozes se fazem ouvir, juntando-se às nossas, para a consagração dos méritos deste instituto, que constituiu, na palavra do presidente Nunes de Aguiar "o centro do ensino público da Província" e concentrou, de facto, quase toda a atividade da instrução secundária, pelos tempos afóra, na terra dadivosa das Alagoas.

Não relego a plano de somenos importância ou escondo, antes a reconheço e exalço, a influência de outros grandes estabelecimentos de ensino, de carácter particular, que aqui floresceram, para elevação da cultura, nas Alagoas de antanho, entre cujos nomes manda a justiça não olvidar o **Colégio de Bom Jesus**, de Francisco Domingues e Manuel Balthazar Diégues Júnior; **Colégio de S. Bernardo**, de Bernardo Pereira do Carmo; **São Domingos**, de Domingos Bento da Moeda e Silva; **19 de Janeiro**, de Francisco José da Silva Pôrto; **24 de Fevereiro**, de Luiz Carlos de Souza Netto; **Instituto Alagoano**, de Joaquim Goulart de Andrade; **Oito de Janeiro**, de Adriano Augusto de Araújo Jorge; **15 de Março**, de Agnelo Marques Barbosa; **11 de Janeiro**, de Higinio Espíndola da Costa Belo e outros, na formação espiritual da mocidade. Uns e outros, Colégios e Mestres, dignos da veneração de todos nós.

Quero e devo proclamar, porém, com inteira justiça, em voz alta, que ao Liceu, o nosso grande Liceu, cabe inegavelmente as honras do maior centro de formação humanística que por todos os tempos haja existido na nossa cara Alagoas.

Tem esta Casa desempenhado papel de relêvo e de benemerência, na obra educativa e cultural na nossa terra, que não é possível ocultar por falsa modéstia.

Aqui pontificaram, na cátedra, sem lisonja, os vultos dos mais ilustres do magistério secundário alagoano no tempo do Império e no período republicano.

A palavra de mestres insignes — e seria longa a lista com que os enumeraria — ecoou por estas salas que se enchem agora de luzes e gambiarras, como antes, nas dos locais por onde andou peregrinando.

Cresceu a sua glória.

A fama de latinistas que cercava os alunos desta casa, licenciados do padre Procópio — o insigne cultor da língua de Virgílio, padre Antônio Procópio da Costa — abria-lhes as portas das Academias Imperiais.

Não só no trato das letras greco-latinas ou novi-latinas, em que tanto se esmeravam e se compraziam os antigos mestres, também no conhecimento aprofundado do vernáculo, da história, da geografia, da literatura, da filosofia, das ciências físicas e naturais, da matemática, etc. se distinguiram os que professaram e os que cursaram as aulas do Liceu.

Tornaram-se famosas, em seu tempo, as aulas de Literatura de Virgílio Antonino de Carvalho, as de Português de José Alexandre Passos e Antônio Gouveia, de Geografia de Thomaz Espíndola e Diéguas Júnior e as de História e Filosofia da História de José Antônio Duarte, as de História Natural de Pedro José Duarte, as de Física e Química de Manuel Sampaio Marques, as de Geometria e Trigonometria de Manuel Pontes de Miranda e Antônio José Duarte, as de Geografia Geral de Joaquim Goulart de Andrade, as de Corografia do Brasil de Demócrito Gracindo, e tantos outros cursos que deixaram uma imperecível lembrança.

A posteridade confirmou, no seu juízo sereno, a celebridade de que se rodearam esses e outros cursos, guardando os nomes dos que os regeram com brilho e proficiência.

Toda uma pleiade de nomes aurifulgentes na intelectualidade alagoana, que constituiu os quadros do professorado do Liceu exerceu os mais salutares efeitos nas inteligências jovens que por aqui passaram, plasmando-as para os embates da vida futura.

O largo tempo — cem anos — que decorre entre a criação desta casa e os dias de hoje, é qualquer coisa de sólido, de indestrutível; impõe veneração e respeito; dá a sensação da perenidade. E, também, um atestado de que a sua obra se tornou utilíssima e se vinculou, imperecivelmente, ao patrimônio intelectual das Alagoas e do Brasil.

PALAVRAS FINAIS

Colenda Congregação: Considerarei muito acima das minhas fracas forças a honrosa tarefa que me confiastes, de interpretar o vosso sentir nesta sessão. Se a bondade é "a lei suprema da vida", curvo-me à vossa generosidade, alçando-me a esta tribuna na festa

centenária do nosso Liceu. Quero expressar-vos os meus agradecimentos pela escolha imerecida e congratular-me com todos os companheiros pela passagem desta data, da mais alta significação na vida espiritual e das maiores do calendário cívico das Alagoas.

Estudantes do Liceu: Reservei para vós, mocidade estudantil, em quem se concentram todas as nossas atenções, as minhas derradeiras palavras neste momento: Amai esta casa, amai-a sim, amai esta casa, na forma mais pura e verdadeira do vosso amor: na veneração do seu passado, no carinho e dedicação ao estudo, no respeito e admiração aos vossos mestres, e no cumprimento dos ditames da liberdade, do direito e da justiça, para que ela permaneça rediviva na obra dos discípulos.

Não compreendo como se possam dissociar patriotismo e ensino. Ideologias apatricidas e liberticidas querem atingir a formação moral e espiritual da nossa juventude.

Neste momento, meus jovens amigos, cheios do mais puro sentimento de amor da pátria, nesta comemoração centenária da nossa casa, selai o vosso juramento solene de que não permitireis a destruição do patrimônio espiritual e moral que vos legamos.

Eis a tarefa que vos aguarda no amanhã que se aproxima, quando, na vida pública, haveréis de operar o milagre da renovação, atirando a semente, no gesto largo e evangélico do semeador, na consciência dos vossos futuros alunos, como o fazemos agora, na sementeira feraz das vossas inteligências.

Proferida no auditório do Colégio Estadual de Alagoas, na noite de 5 de Maio de 1949.

O QUE EU DIRIA A CONCLUINTES DO CURSO GINASIAL

VALDEMAR DE OLIVEIRA

Creio na utilidade e na importância das solenidades com que, por vezes, jovens dos Institutos de Educação celebram a conclusão dos seus estudos ginasiais. E lhes atribuo valor semelhante ao das festas para entrega de diplomas finais do curso pedagógico. Se pesarmos melhor umas e outras, chego a acreditar serem mais importantes, senão mais necessárias, as que se realizam ao fim do curso ginasial, justo quando as alunas, ainda hesitantes, se encontram numa encruzilhada perigosa. Que rumo tomarei?, dizem muitas. Vou em frente, para o curso pedagógico, dobro em direção a uma faculdade superior ou prefiro o caminho que me leva para casa, onde poderei tranquilamente esperar o príncipe encantado?

Essas perguntas não as fazem as professorandas. Chegaram ao término do curso, puseram o anel no dedo, estão formadas. Conselhos que lhes dê o paraninfo, são conselhos tardios — até porque não raros entre êles se perdem em dissertações mais ou menos eruditas que não aproveitam às afilhadas. Quando, porém, há a decidir, ainda, o destino de cada uma, cabe ao paraninfo deixar-se de adeuses lacrimosos ou de profundas divagações sobre filosofia da educação, para lhes dar alguns conselhos, em estilo simples, sem literatice, sem falsa austeridade, sem palavras difíceis. E o primeiro dêles será êste: sejam quais fôrem as circunstâncias, que continuem a estudar. Eu diria assim:

— Vocês sabem ainda muito pouco. Os estudos que acabam de fazer, representam, tão somente, um curso preparatório. Se vocês se contentam — melhor: se se iludem com o que sabem, ou pensam saber — estamos perdidos. O caminho é um só: continuar a jornada pelo curso pedagógico, porque a grande verdade é esta: vocês se acham completamente desamparadas. Não possuem lastro sólido de conhecimentos e se algumas aqui se acham, neste momento, devêmo-la a falhas do nosso sistema de ensino. Muitos jovens, ainda, não compreenderam a soma de responsabilidades que nos cabem a todos, nesta fase difícil de transição entre dois ciclos nítidos de civilização. Não se dêem, portanto, por sa-

tisfeitas, após êsses quatro anos de curso secundário, convictas de que já se encontram suficientemente forradas das noções capazes de lhes conferir a independência mental necessária ao êxito na vida. Não o estão. Eis o que se torna preciso afirmar para destruir uma ilusão perigosa. Cada uma de vocês têm uma grave missão a cumprir. O que é necessário é sopesar o valor dos conhecimentos que cada uma de vocês conquistou em sua passagem pelos bancos escolares. Seria o caso do inquerito que, há algum tempo, se realizou nos Estados Unidos, e no qual se pedia responder a esta pergunta: "Que poderei apresentar à comunidade como resultado dos longos anos que passei na escola?" Que responderiam vocês?

Ainda sofremos do mal de considerar a instrução um fim, quando ela é um meio: um elemento de cultura indispensável a um plano de educação integral. Balanceando as culpas, projeto minhas reflexões até os primeiros anos de escolaridade, até o curso primário, célula embrionária de tódo o organismo escolar. Que se poderia fazer de útil em face da precariedade do ensino primário? Cada vez mais se encorpam e definem as responsabilidades do professor, nesta época de atropêlo pedagógico, de correntes ideológicas opostas, de ilegítimas aspirações de conquista. A obra de profilaxia educacional deveria começar pelo expurgo do professorado primário. Não nos iludamos: nenhum plano de reforma vale por si, por suas virtudes intrínsecas, pelas verdades que torna acessíveis, pelos deveres que impõe — se não conta com os elementos capazes de pô-lo em ordem de marcha, de realizá-lo plenamente, com a fé e a convicção de um serviço prestado à Pátria. Se tais elementos lhe faltam, cresta-se na improdutividade, estiola-se no esquecimento, abastarda-se na fraude, anula-se na desobediência. O saneamento do magistério primário é, por isso, indispensável para que possam as crianças ascender ao curso secundário aparelhadas de todas as condições de êxito em sua vida escolar.

A vocês está reservada, em primeiro plano, essa missão evangelizadora. Louvo, pois, aquelas que se não iludem e vão continuar a lutar, aperfeiçoando e polindo as frágeis armas que hoje conquistam. Serão poucos anos mais durante os quais irão aprender o sentido das obrigações morais que se impõem à mulher, dentro da inquieta hora que vivemos: instruir e educar, pois a instrução pouco representa se, a seu lado, não se cultivam, sob o signo dos princípios cristãos, os sentimentos de solidariedade e de cooperação social que são inelutáveis imperativos do nosso tempo. O curso pedagógico que aí está à espera de vocês, constitui a mais esplendida oportunidade para que amadureça o sentido de suas atribuições perante a sociedade e melhor se lhes arme o es-

pirito para a luta em que terão de empenhar-se futuramente. O Brasil precisa da mulher brasileira, para que se possa realizar a predição de Pedro Calmon: "Se equiparmos de idéits úteis a geração que surge, se lhe inculcarmos a noção sincera e clara do dever moral, se lhe dermos de encargo um compromisso de trabalho e um programa de ação, valorizando a inteligência e saneando a educação escolar, teremos, mais cedo ou mais tarde, uma vigorosa minoria opinante, enérgica, consciente, cheia de patriotismo, discernimento e critério, a servir com eficiência, a Pátria".

A's que ficam, felicito de tódo o coração, dizendo-lhes: até logo". Das outras, lastimo o afastamento, porque vão por aí iludidas da peor ilusão: a de que há, na vida, duas fases: uma, em que se estuda — e tem uma enganosa aparência de prisão; outra, em que já se não estuda — e falsamente se interpreta como uma libertação. Também a estas, entretanto, direi "até logo". Temos de nos encontrar, sempre, subjugados ao determinismo do nosso destino, cumprindo, angustiados ou felizes, o nosso dever, recebendo, em prêmios ou castigos, o justo valor de nossa vida.

Assim falaria eu a concluintes de curso ginásial, para lhes transfundir uma verdade necessária a todos os homens: a de que é sempre pouco o muito que julgamos saber. Se é que sabemos alguma coisa.

O ENSINO MÉDICO NAS ALAGOAS

IB GATTO FALCÃO

Senhores:

Fundada em 3 de maio de 1950, abre hoje suas portas à mocidade estudiosa a Faculdade de Medicina de Alagoas. Ideia magnífica de Abelardo Duarte, est' alma de estudioso e homem de letras, que m'a segredou aos ouvidos vezes várias, num admirável proselitismo, e que, após convencido de sua maturidade e viabilidade, em tertulia memorável, com ele e Lages Filho, estoutro espírito de eleição, resolvemos objetivar, encontrou em Aristoteles Simões, Sebastião Hora, Durval Cortez, Ezequias da Rocha, Rodrigo Ramalho, Mariano Teixeira, Alfredo Ramiro Basto, Lessa de Azevedo, José Lira, José Mario Mafra, Pedro Reys, Abelardo Albuquerque, Théo Brandão, fundadores conosco de nossa Faculdade, a receptividade que esperávamos e no prestígio de seus nomes aureolados, a que se juntaram os dos demais eminentes colegas que constituem esta colenda congregação, a força incoercível que nos havia de levar à vitória.

Convencidos da nobreza da iniciativa, seguros das possibilidades do meio, despidos de vaidades, desinteressados de recompensas materiais, animados apenas daquela fé que enriquece os fracos e consola os desesperados, nos lançamos à porfia imensa de dar às Alagoas uma Escola Médica e à sua mocidade e a nós outros um centro dinâmico de estudo, de trabalho e pesquisa.

Conhecíamos "que a obra das Universidades no campo da Cultura nacional ou será uma obra de disciplina e seleção ou pelo contrário um trabalho de anarquia e destruição. Pois a Universidade em si não é boa nem má. O que vale no imenso prestígio que o século lhe atribue é a qualidade de seu espírito e a orientação de seus destinos". E, assim alertados, creamos a nossa Escola. Não surgiu portanto de um movimento qualquer sem função nem substância, para satisfação de alguns. Não apareceu esotro ressequido das infelizes retirantes nordestinas de que nos falam os artistas das epopéias das sêcas do nordeste. Apareceu como um brasileiro como uma consequência lógica

da maioridade intelectual da medicina alagoana e do desenvolvimento dos seus meios hospitalares e assistenciais. Representa também o coroamento da obra ingente de sacrificio e trabalho de algumas gerações de médicos alagoanos, que enchendo a paisagem humilde da provincia com os seus rasgos de talento, seus gestos de animado heroismo, suas dignas e estóicas atitudes, suas realizações profissionais e, mais que isso, seu desmesurado amor, bondade e generosidade pela terra e gente alagoanas, foram fundando no seio da provincia querida os alicerces desta obra de cultura e intelligência que estamos a iniciar.

Foi aqui, que um José Duarte exerceu o seu apostolado e creou para si, como homem da medicina, uma aura de quase santidade. Foi aqui, que um Albino Magalhães esgotou as últimas energias dando esperanças e consolando afflições. Foi aqui, que um José Carneiro fez escola cirúrgica, sem possuir cathedra, e teve discipulos que o amaram como filhos. Foi aqui, que um Costa Leite e um Zacharias Azevedo exerceram com donaire e elegância a divina profissão. Foi neste pedaço querido de chão que Sampaio Marques e José Julio Cansanção lutaram uma existência com as armas do talento e da capacidade profissional.

E daqui, nos idos de 1925, o jovem revolucionário da medicina alagoana, o genial Estácio, o mestre amado de hoje, partiu para o vitorioso combate pela cathedra de Medicina Legal da veneranda Escola da Bahia. Aqui, também semeiou a boa semente Alvaro Dória. Daqui, partiu, também, para mais largos horizontes, Lili Lages.

Mergulha assim a nossa obra nessas sólidas e profundas raízes que esses constructores magnificos plantaram no seio da comunidade alagoana. Mas em que pese à nossa perseverança, por mais proficuo que tenham sido o nosso labor e a nossa fé, nós não caminhamos sós! A semelhança da imagem vivida e feliz do encantador Daudet quando annunciava: "le troupeau s'avance dans une gloire de poussière et toute la route semble marcher avec lui" — nós tivemos sempre em todos os instantes a sensação de que toda a Alagoas marchava conosco pelo aplauso, estímulo e encorajamento dos homens de governo, dos políticos, dos profissionais liberais, das instituições sábias, dos centros de economia e produção ao lado da manifestação vibrante e sincera da mocidade, a confiarem todos em nós e a nos darem a certeza de que levávamos aos ombros uma causa de Alagoas!

Causa esta que, amanhã, quando o tempo e as recordações tornarem histórica esta solenidade, transcenderá as lindes alagoanas para firmar-se como attitude constructiva e realizadora de

ação, a análise sutil, numa crandora introversão, quanto numa exuberante vitalidade, o trabalho, a intensidade de vida e as atividades realimentadoras.

Proclamamos, minhas senhoras, meus senhores, radiosa mocidade acadêmica, na qualidade de Diretor da Faculdade de Medicina de Alagoas, solenemente instalado neste instante o ensino médico em nossa terra!

Esta escola, oforonda maior que a vida podia dar a um profissional da divina arte de curar, vêde meus amigos, que singular capricho do destino! Preferir a um iluminado da palavra, a um arquiteto da palavra ou a um condutor de homens, um humilde e ignorado médico, talvez atribuir-lhe uma espécie de generosa recompensa porque acreditando na capacidade de sua gente, na inteligência de seus homens, na bondade de seu povo, não desanimou nunca no trabalho de procurar pela predicção e pelo ensinamento mostrar à mocidade os caminhos ensolarados da inteligência, e, pelo esforço perseverante e honesto, ao lado de grande espírito de renúncia pôde contribuir para o desenvolvimento da nossa medicina, no aia incerto de elevá-la ao nível magnífico de hoje que, a cultura de seus expoentes, o virtuosismo de seus cirurgiões, o sentido puro da ciência de seus pesquisadores e o surto esplendente de progresso de seus hospitais lhe permitiram!

Pressur o país, legalmente constituída, mais uma escola de medicina. O que será? O que fará? Qual a orientação de seu destino?

Já o pensador afirmara que "há um farisaísmo de trabalho, como há um farisaísmo de estudo. Ambos levam às mais trágicas consequências sociais e morais. O farisaísmo do trabalho — à ditadura do proletariado, com a inversão total de todos os valores do Universo e a subordinação, quando não o aniquilamento, dos valores intelectuais, morais e espirituais aos valores técnicos e materiais. O farisaísmo do estudo, ao indiferentismo social, ao orgulho de saber, ao cientismo ou ao siberitismo não menos perniciosos para o equilíbrio da nossa personalidade e para a estabilidade do século. E as Universidades, síntese dos estudos superiores na formação cultural de um povo, estão exatamente no ponto de interseção entre a cultura e a vida, entre a aquisição da ciência e sua aplicação, entre o saber e a ação. E são elas também que estabelecem os grandes laços vivos e permanentes entre o saber recebido e o saber adquirido, entre a tradição e a invenção".

Ai estão palavras que valem um programa. Embora não tenhamos ainda aqui uma Universidade, não poderemos fugir e não fugiremos ao imperativo de implantar em nossa escola o espírito universitário a fim de que melhor possamos cumprir nossas altas

finalidades de instituto superior de cultura e ciência médica e orientemos os nossos destinos, pelo caminho da ciência, da pesquisa, da experimentação, para o mais alto apreço pelos problemas de formação da mocidade e pelo resguardo constante de seus ideais de liberdade, democracia e perfeição!

Já o pedagogo nos dissera que o "conhecimento é a vidência do espírito ao qual liberta da necessidade de condutores estranhos, capazes de o transviar. Como a ignorância é o cativo da inteligência assim o conhecimento é a sua libertação. Não há progresso sem liberdade, nem liberdade sem conhecimento. Entre um homem instruído e outro analfabeto ninguém hesitará em responder, com acerto, qual o mais e qual o menos livre".

Com êste propósito inicia sua vida nossa nóvel Faculdade. Não ostenta nosso edifício, nas suas paredes uma gloriosa patina denunciadora de vitória sobre a ação inexgotável e destruidora do tempo, antes se engalana na garridice e louçania de seus rebôcos novos, azulejos e pinturas! Não adornam nossos muros velhos murais a fixarem idades gloriosas e momentos estelares. Não possuímos sombras geniais de velhos e sábios mestres, "nenhum dêesses espíritos de negação ou de afirmação, empreiteiros de demolições ou arquitetos de hipóteses, que imprimem para sempre na alma dos discípulos o sêlo de sua personalidade soberana".

Pautando a escolha do professorado de nossa escola pelo critério alto da inteligência, dignidade, capacidade, ética profissional, conseguimos reunir uma congregação jovem e viril, de homens que ainda estão na época de se vangloriarem do incipiente branquejar das têmporas, mas caldeados todos na escola rude do trabalho e capazes de real e proveitosa atividade no ensino das letras médicas brasileiras.

Tranquilos assim estamos, por não termos entre nós professores como aqueles de que nos falara Alcântara Machado, quando reviveu os dias acadêmicos de Silva Ramos em Coimbra: — "Déspotas de beca, autocratas de borla e capelo, arrogando-se todos os poderes sôbre a consciência dos alunos. Impermeáveis às influências do momento em que vivem, ensinam o que aprenderam de seus mestres e êstes de seus predecessores; e reputam sacrílega a menor veleidade de autonomia intelectual. Inéditos e nulos, deixam apenas de sua passagem pelo magistério, uma esteira de odiosidade ou de ridículo; e é na literatura anedótica da Universidade que vamos encontrá-los sambenitados de alcunhas vingadoras pela juventude: o Marmelada, o Cãozinho de Fegaço, o Pedro Penedo da Rocha Calhau...

Ao conhecê-los a gente fica a pensar porque a deusa tutelar de Atenas que com esfera de granito na mão, se anichava acima

da cadeira professoral, se obstinou sempre em atender à exortação famosa:

"Minerva faz-nos a esmola
Se o pai dos deuses consente
Deixa cair essa bola
Sobre a cabeça do lente".

Transmitiremos com honestidade a ciência médica nos seus aspectos, problemas, doutrinas, factos e fenómenos conhecidos e reconhecidos; mas pesquisaremos também tanto quanto o permitam nossas forças para o esclarecimento progressivo e ininterrupto das dúvidas e incertezas que ainda a medicina não esclareceu. Moldaremos o nosso ensino pelas normas lógicas da hodierna pedagogia sem a omissão das conquistas e influências de ordem psicológica, levando ao discente o fruto de nossa experiência e conhecimento, espontânea e singelamente, sem os artificios e prestidigitações da inteligência, para que deles possa participar e a eles se associe.

E' o estudo da medicina uma espécie de tunica inconsutil que deve ser entretecida sem soluções de continuidade nem lacerações que lhe alterem a delicada trama e por isso valeremos porque os estudantes adquiram uma base real e suficiente de conhecimentos nas questões básicas da ciência médica para então se apossarem dos problemas clínicos, porquanto sendo o homem uma unidade morfo-fisio-psicológica, como tão bem sintetisaram os constitucionalistas, como se adentrar nas minúcias exigidas pela moderna especialização ou compreender aspectos e fenómenos locais de profunda repercussão geral sem a visão de conjunto do funcionamento e da morfologia da maravilhosa máquina humana?

Regionalistas também, equacionaremos com vigor os problemas da patologia regional fazendo ciência e ao mesmo tempo obra patriótica porque contribuindo para a saúde do homem nordestino e especialmente alagoano, estaremos indiretamente revigorando a economia do Estado e tornando o homem recuperado, um valor econômico positivo a contribuir para o progresso e enriquecimento da comunidade.

Não nos cristalizaremos no casulo das nossas mais puras atividades científicas porque acompanharemos vigilantes os problemas da saúde do povo das Alagoas e as inquietações e problemas educativos de nossa mocidade e sempre que preciso, com a autoridade que decerto nos confirá o nosso trabalho, a nossa conduta e a nossa capacidade realizadora, manifestaremos, quando solicitados ou o interesse público exigir, dentro do mais honesto

espírito científico e patriótico as nossas opiniões para conhecimento do povo e subsídio dos governos de boa vontade. E assim seremos também humanistas porque pugnando pela saúde e educação implicitamente estaremos agindo em prol da dignidade do homem e pelo sentimento humano de nossa civilização.

Se o *divinum opus est sedare dolor* — ensinaremos aos nossos alunos, dizendo-lhes como ministrar a prescrição adequada, o processo fisioterápico prestante ou praticar a intervenção salvadora não lhes esconderemos os problemas da medicina social para que amanhã como médicos e homens de sociedade possam contribuir para o tão desejado ajustamento social em cujo nome tanto tem sofrido a humanidade ao sabor dos entrecosques de doutrinas e princípios.

Nas páginas masculas e cantantes de escorreita linguagem e sadio idealismo em sua oração de posse na Faculdade da Bahia, o nosso querido Ademar Vasconcelos, menino que se fez mestre, um dos nossos, porque de nossa geração e cuja memória de esteta neste primeiro pronunciamento de professor superior, honro-me de homenagear — a ele que tanto me queria vêr alçado às culminâncias da cátedra, como aquele incomparável e inesquecível Fernando Luz — citava o ensinamento luminoso do pensador de "Caminho de Paros" — Sabios: ensina com beleza. Sacerdote: retrata a Deus com um pincel amável e formoso e a virtude em palavras cheias de harmonias. Se nos ofertais sob forma feia e enfadonha a verdade, isso equivale a dar o pão com maus modos. Do que crêdes verdade, oh investigadores quão poucas vezes podeis estar absolutamente seguros. Porém da beleza e do encanto como a hajais expressão, ficai certos que sempre viverão. Falai com ritmo; tratai de pôr a unção da imagem sôbre a ideia; respeitai a graça e a forma oh pensadores, sabios, sacerdotes e crêde aqueles que vos digam que a verdade deve representar-se sob aparencias adustas e austeras, são amigos traidores da verdade". Cumpramos, meus amigos, o nosso dever, tornemo-nos dignos sempre dos nossos mandatos, lembremo-nos cada dia dos nossos compromissos para com a mocidade, e, como Ademar "cultuemos a filosofia do belo, a estética no sentido da perfeição em busca do supremo êxtase, pois, como disse incomparavelmente Stendhal "a beleza é uma promessa de felicidade".

Discurso proferido na sessão solene de instalação do ensino médico nas Alagoas, na noite de 5 de Março de 1951, no salão nobre da Faculdade de Direito de Alagoas.

PROBLEMAS DE ENSINO SECUNDÁRIO

THÉO BRANDÃO

Certa feita, em conversa com colegas do Curso Secundário do Instituto de Educação, colegas que não se preocupam somente em assinar o ponto, repetir uma aula e receber o ordenado de fim de mês, mas se interessam realmente por vários aspectos de nosso ensino, a propósito do reduzido rendimento do curso secundário e da impossibilidade que apresenta a maioria dos alunos de vencerem, aprenderem e guardarem o conteúdo de nossos programas, aventamos a hipótese de que, pelo menos em parte, isto seria devido ao número exagerado de matérias existentes em cada série do curso.

Os alunos obrigados ao estudo, em cada série, às vezes, de perto de 10 matérias, não teriam tempo nem oportunidade de se interessarem por nenhuma delas, de concentrarem sua atenção em qualquer disciplina.

Num dia, teriam que estudar matemática, francês, geografia, música, química e desenho; no outro, português, história, matemática, ciências naturais; em seguida, inglês, português, física, etc., etc. e assim por diante.

Seriam obrigados a borboletearem, contínua e incessantemente por vários assuntos, sem tempo nem direito em fixarem seu interesse, mesmo quando incidentemente despertado, por qualquer assunto ou matéria.

O estudante atual seria uma espécie de máquina de aprender; e de aprender em ritmo acelerado várias coisas ao mesmo tempo, de empanturrar-se de uma verdadeira salada de conhecimentos que não teriam tempo de digerir e pois de aprender realmente.

Ora, a base da aprendizagem, sabemos, é o interesse. O aluno aprende aquilo que solicita o seu interesse. Para empregar a imagem biológica anteriormente usada, a aprendizagem seria como a digestão. A boa digestão depende da boa mastigação e da abundante e perfeita secreção dos sucos digestivos.

A boa mastigação é corolário, por sua vez, do tempo nela empregado, da calma e da tranquilidade com que é executada a naturalmente de um eficiente aparelho mastigador.

A secreção digestiva é consequência dos estímulos nervosos que englobamos sob o nome de apetite.

Há alimentos que de pronto impressionam o nosso apetite. Há outros, que embora de grande valor nutritivo, não n'os excitam suficientemente, necessitando de uma boa mastigação. Há estômagos fracos, de doentes, de pequena capacidade digestiva mas que conseguem algum resultado quando a excitação psíquica e a mastigação pausada e contínua dos alimentos intervêm a suprir a deficiência orgânica.

O mesmo, ou quase o mesmo, se passa com a aprendizagem, substituindo-se apetite por interesse (no sentido estritamente pedagógico) e aparelho digestivo por funções intelectuais.

Assuntos há, por exemplo, como alimentos apetitosas, que logo despertam o nosso interesse, ou por sua natureza mesma ou pela maneira como são apresentados. Há outros, entretanto, "pesados", enfadonhos, sem atração, mas que a disciplina mental, a persistência no estudo, a demorada atenção e a fixação sôbre êles conseguem vencer.

Há indivíduos de reduzida capacidade mental, mas a quem o interesse próprio ou provocado, a atenção e o estudo demorado permitem uma aprendizagem comum.

Estas ideias que expomos aqui num simile biológico e que foram expendidas em conversas entre vários colegas de ensino, como uma tentativa de interpretação de diminuto rendimento do nesso ensino secundário nasceram a observação do **comportamento** de nossos alunos em face da aprendizagem dos programas atuais e, de outro lado, das reminiscências do nosso próprio comportamento de aprendizagem na época em que os mais antigos fizeram o curso secundário — no tempo dos exames parcelados de preparatórios.

Então, o aluno estudava no máximo 4 matérias cada ano. E, estudando-as, tinha tempo de chegar a interessar-se por elas. Naturalmente havia os que nunca se interessavam, mas estes não vem ao caso porque não é seu caso que estamos estudando mas o da aprendizagem dos alunos de boa vontade.

A matéria poderia ser, de início, pouco interessante ou enfadonha, mas a continuidade do ensino, a atenção obrigatoriamente voltada para ela, repetida e continuamente (o velho processo educativo da "água mole em pedra dura...") terminavam por vencer as nossas antipatias ou a dificuldade de matéria conseguiam sua aprendizagem.

Não somos saudosistas impenitentes nem ignoramos em absoluto as deficiências e os males de 30 ou 40 anos atrás. Conhecemos perfeitamente os motivos pedagógicos que levaram o então ministro Francisco de Campos e antes dele, creio, ao Prof.

Rocha Vaz a adotar o sistema global, concêntrico, progressivo e multiforme de ensino: a necessidade de fazer com que os alunos mantenham um contato progressivo e constante com todos os conhecimentos básicos ministrados em quantidades e profundidades crescentes.

Que este sistema tal como foi executado, com programas demasiado profundos não deu os resultados convincentes, chega-se a concluir pelo fato das sucessivas re-estruturações do ensino feitas pelos diversos ministros que passaram pela Pasta da Educação, que culminaram na reforma Capanema. Esta, porém, embora trouxesse muitos melhoramentos à lei Campos e alguns erros também, embora tivesse procurado reduzir mais um pouco a profundidade do ensino sobretudo no curso de ginásio, continuou com o mesmo sistema de numerosas matérias, aliás realmente aumentando-as tanto no curriculum em geral quanto em cada série.

Como dissemos atrás, não somos saudosistas. Mas devemos tirar do passado, as observações que possam servir às condições presentes.

Embora justo até certo ponto o sistema de manter o aluno em contato durante todo o curso com tôdas as matérias do curriculum não devemos esquecer os exageros pedagógicos e psicológicos que vimos comentando.

Ainda agora lendo uma obra notável de um grande mestre de biologia "Regras e conceitos da investigação científica" do eminente histologista espanhol Prof. Ramon y Cajal, deparamos com uma opinião que justifica o nosso ponto de vista.

Segundo Ramon y Cajal o espírito humano não pode abarcar de uma só vez e com a mesma profundidade e resultados todos os aspectos da cultura intelectual e do conhecimento científico. Se algum sábio ou pesquisador conseguiu em sua vida abordar aspectos variados e diversos do conhecimento humano fe-lo dedicando épocas diversas de sua vida a diferentes tarefas.

Creemos que as afirmações do eminente sábio espanhol, adaptam-se perfeitamente tanto à pesquisa e à aprendizagem científica superior, quanto à aprendizagem secundária e quicá à geral.

Que rumo tomar então no ensino secundário? Voltar ao regime de preparatórios parcelados sem ensino global, em que o aluno toma contato intensivo mas sómente por certo tempo (1 a 2 anos) com cada disciplina?

Permanecer no sistema atual de borboleteamento sobre 10 a 12 matérias durante todos os anos do curso?

Creemos que o indicado seria uma combinação entre o útil dos dois sistemas num sábio ecletismo que os americanos eficientes e realistas há muito puseram em prática:

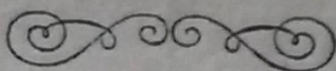
O curso global, progressivo, de várias matérias em cada sé-

rie mas com períodos de estudo intensivo em cada ano para determinadas matérias. Assim, embora estudando muitas matérias em cada série, o aluno não teria para cada uma delas o mesmo número de aulas no correr de cada ano.

Por exemplo, durante o primeiro trimestre as lições de português seriam dadas intensivamente, suponhamos diariamente, enquanto cada uma das outras matérias do curriculum apenas uma ou duas vezes por semana conforme o caso. No outro trimestre, passaria as matemáticas ao estudo intenso e o português seria reduzido a duas aulas semanais. Deste modo o aluno teria oportunidade de fixar sua atenção e interesse em um determinado estudo, diminuindo sua atividade em outras disciplinas, sem abandoná-las de todo.

Este sistema, aliás, já foi posto em prática no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, e nós sabemos que o ensino dêste estabelecimento é o de mais alto aproveitamento e qualidade no Brasil.

Naturalmente, não estamos aqui quebrando lanças nem exigindo a adoção imediata de tal plano de estudos. Sabemos mesmo que há dificuldades de ordem técnica, (ajustamento de horários, etc.) para sua execução. Mas que êle não é impossivel e que talvez possa dar melhores resultados que o sistema atual é prova no Brasil e no estrangeiro sua adoção nos grandes estabelecimentos de ensino secundário.



“É A CRIANÇA PROBLEMA SEMPRE UM PROBLEMA?”

MARIA DOROTHÉA CARNEIRO

Desde que a questão educativa passou a ser tida como fenómeno de adaptação do educando, a psicologia tornou-se uma das ciências mais preciosas para o educador. É achamo-nos em face de um dos capítulos mais atraentes de psicologia da infância que é a criança problema. É tanto mais atraente quanto mais difícil se torna um diagnóstico, temerosos que nos vemos, às vezes, diante de casos singulares, subtis, em que uma opinião apressada poderia pecar por falta de fundamentos que justificassem as nossas deduções. A questão é absorvente e nova, conquanto a sua causa se tenha instalado com o aparecimento do homem na terra. Esquecida na escola livresca surda e cega às diferenças individuais, irreduzível, áspera, amarga, vingativa, incompreensiva e indiferente às manifestações de personalidades marcantes, ela surge para os nossos dias como uma resultante da ciência que veio transformar os velhos métodos — a psicologia da criança — e trazer horas mais felizes ao ser que precisa educar-se. E, consequência de processos experimentais que é, dependente de fatos que podem variar infinitamente, o assunto permanece complexo em seus inícios, em seu ponto de partida que é, justamente, o poderemos chegar a diagnosticar um mal.

Daí o nosso título: é a criança problema sempre um problema?

Suponhamo-nos em face de uma criança que parece absolutamente igual às outras quando entre suas companheiras de jogos. Fala, questiona, interroga, discute como qualquer uma, enquanto acha a ambiência agradável e enquanto lhe não exigimos que se mobilize e se transfira a uma sala de aula, com programas, disciplina e horário rígidos.

E então elas nos surpreende com um outro comportamento: é claudicante, nega-se a realizar o que lhe exigem e tem o aspecto de um rebelde que não aceita sugestão de ninguém. Começa a chamar a atenção. É uma excêntrica...

Quem sabe se até uma anormal? pensamos. Pelo menos, uma criatura difícil será... Do contrário, por que tanta revolta se as “outras” aceitam tácitamente as tarefas que lhes são impostas?

E então surge a dúvida: estamos realmente diante de um problema ou a criança é apenas a vítima dos adultos que querem reformá-la antes de a conhecerem?

Sabemos, por acaso, se ela tem um desenvolvimento de acordo com a sua idade?

Já classificámos o seu tipo individual? Será uma sonhadora, uma contemplativa, uma objetiva? Já nos certificámos do meio em que viveu até então?

Já soubemos porventura se cresceu em ambiente de ordem, de trabalho, de compreensão, de intensas preocupações espirituais ou se movimentou apenas como um animal jovem dando plena expansão aos seus impulsos? Arthur Ramos dá um relevo excepcional ao meio, ao clima social, ao "curriculum vitae"; atribui-lhe até uma influência superior às taras hereditárias e às diferenças individuais.

Descobrir as causas de um desajustamento para enfileirá-lo entre casos mórbidos ou simplesmente carecentes de estudos psicológicos, não nos parece fácil, uma vez que, não sendo a criança problema propriamente anormal, apresenta sintomas, uma facha "caracterológica" confundível com a das crianças anormais. "Sofrem como que processos de anormalização lentos, que cedem a tempo tratados em tempo".

E o nosso erro vem de fazermos "tests" quantitativos e não qualitativos.

A era da pesquisa, em que vivemos, veio reduzir os problemas educativos, como muitos outros, a questões de experimentação.

Foi pesquisando que o homem melhorou o seu "habitat", combateu a doença, estudou o clima, identificou o planeta e, por fim, buscou as diferenças da alma na criança. Partidos de Rousseau, não mais pensámos que a infância fosse feita para as escolas mas sim cuidámos de fazer escolas para a infância o que significa uma revolução total, copernicana, na maneira de entender e levar a termo o processo educativo.

O estudo da criança falicitou a compreensão do adulto, eis tudo; e passou-se a estudar o adulto pela criança e não esta por aquele, como se fizera até então.

Era preciso desvendar o grande complexo da alma humana e submeter as "verdades eternas" à dissecação, ao escalpelo de uma ciência nova.

O que importa, porém, é que, tacteantes ainda com a nova ciência e decepcionados com o que ficou para trás, não caiamos, por excesso de zelo, no extremo oposto que é justamente, enxergar em cada negação do educando, em cada desigualdade do seu comportamento, um desajustamento que o vá lancar sem remé-

dio, no rol dos casos problemáticos, quando a terapêutica seria, no caso, uma simples reforma de processos. Um exemplo do que acabamos de lembrar sucede à criança cujos pais sonharam as mais caras ilusões a seu respeito e, candidamente lhe traçaram "a priori" um programa de ação que ele deverá seguir "ipsis litteris". Acontece, porém, que ela não está disposta a cumprí-lo, por qualquer razão, por uma daquelas mesmas citadas atrás: "entourage", atavismo, ambiência etc. E então o não seguimento do programa é acolhido da maneira mais lamentável — a criança é um "caso" enquanto o egoísmo adulto não perdoa ao destino o facto de não o haver presenteado com uma criatura verdadeiramente genial. Ele, o pai, não se lembra talvez da vida que preparou para o menino, das aspirações e ideais que lhe provocou, do ambiente com que o cercou, não recorda as condições mesológicas em que o fez viver, não quer saber do lastro de hereditariedade que o persegue, nem das suas particularidades congênitas, insiste em querer atribuir-lhe uma precocidade que êle está longe de possuir. Só enxerga a displicência ou a insubmissão da criança e quando não a abandona a seu próprio destino, tortura-a com uma excessiva severidade, arranja-lhe uma fôrma chinesa onde a acomodará segundo as suas próprias intenções. E é infortúnio que se instala. Para a criança, para o mestre.

Obrigar o espírito a uma ginástica inconsequente (inconsequente na melhor das hipóteses) e a memória a um exercício inútil, pois está provado que não é o exercício que desenvolve a memória (se assim fosse o adulto teria maior capacidade de gravar), é substituir a espontaneidade infantil por atividades divorciadas dos seus interesses sem motivo e sem aplicação. Por que não lhe vamos antes indagar das tendências e ensejar-lhes uma oportunidade de desenvolvê-las alegremente? "Formar homens livres em vez de homens dóceis?"

Que se não veja nisso um estímulo, uma simpatia à formação unilateral do espírito, tornando o educando hesitante e medroso em face de atividades necessárias à vida. Uma cultura geral é algo invejável mas algo que se não pode impor nem de uma vez, nem sem motivo, nem em desacordo com os interesses predominantes em cada idade e em cada indivíduo. Uma das melhores coisas que se podem fazer em matéria de educação, disse emmente educador, é "permitir que as crianças sejam crianças". E ainda: a maior parte das infelicidades que as afligem, vem de que nós, adultos, lhes exigimos mais do que realmente possam dar. Elas serão "problemas" em face de responsabilidades talvez acima de suas forças que lhes queiramos impor.

E então, mais bem avisados andaríamos se conseguíssemos resolver o inquietante problema dos pais. E' a razão por que, insi-

nua Claparède, "certos pais e mestres não só têm uma ação negativa na formação da criança, mas até nefasta ou inibitória às suas boas tendências".

Quem terá a ingenuidade de supor que a genialidade de Beethoven tenha brotado das chicotadas paternas?

No milagre Beethoven não se sabe o que mais de admirar: se o gênio excepcional, se a inclinação infrene que sobreviveu mesmo a despeito do constrangimento cuja só lembrança bastaria a conseguir-lhe aversão à arte que o imortalizaria um dia.

Raramente perdoamos aos nossos filhos não serem notabilidades quando nutrimos esperanças dessa espécie.

Se a criança não tem pendores para as letras, por exemplo, por que não lhe vamos infligir tântalos intelectuais se ela se sentiria muito mais feliz entre máquinas ou no campo?

E quantas decepções desconheceria mais tarde se pudesse ter desenvolvido as suas aptidões, ter sido sincero às suas emoções? Porque, antes de tudo, lembremo-nos de que educar é despertar, sugerir, encaminhar, observar, e não impor, nem criar, nem inventar.

Deixando a criança "incompreendida" da qual já nos ocupamos, focamos agora a criança que discute, ou que sente necessidade de discutir,. Saímos assim da educação puramente formal para ingressar no domínio da formação moral. E' possível que tenha vindo com as eras bíblicas a preocupação da formação do caráter do homem. E ainda hoje se debate o assunto porque sendo o homem vário e várias as situações e imprevisíveis que terá de enfrentar, não pode haver normas que o induzam a usar dêste ou daquele processo, a comportar-se desta ou daquela maneira, para chegar a não sentir-se infeliz.

O que de melhor lhe pode acontecer é prover-se de uma boa dose de confiança em sí mesmo que lhe permita passar pela existência aproximando-se o mais possível da felicidade e sem que essa felicidade vá custar o sacrifício da dos seus semelhantes.

Não inteiramente libertos ainda das repressões medievais, cuidamos, inocentemente, ciosos que somos da boa conduta, que se conserta a criança censurando-a a maior número de vezes possível, antes mesmo que ela tenha tido tempo de fazer algo reprovável, como se os métodos constrangidores, os "não pode", as proibições amiudadas tivessem outro mérito que não o de fabricar hipócritas, tímidos e desconfiados diante da vida. E' fato que não precisa relembrar, que a proibição é a maneira mais fácil de sugerir aquilo que não desejamos ver executado. Entanto a vida do jovem, torturada de "nãos" intoxica-se de obrigações de toda espécie cuja razão de ser ele desconhece enquanto que os direitos lhe são concedidos na razão direta do que ele realiza, bem

pouco aliás, se compararmos com o que se lhe exige. Talvez seja o rosnado das observações frequentes o que acaba por irritá-lo e a inoportunidade das censuras termina por despertar-lhe aversão aos seus mentores. E é por isso que frequente ver-se uma criança afeiçoada mais a estranhos, uma empregada antiga por exemplo, a quem respeita e estima, e em quem não vê um estorvo às suas atividades, do que a seus próprios pais ou responsáveis.

Para que a escola da bondade produza frutos amargos em alguém, é preciso que este alguém seja, na verdade, um anormal ou um degenerado e, neste caso, será devidamente encaminhado às clínicas e às escolas criadas para tais fins.

Há uma grande diferença entre o deixar a criança entregue às suas próprias fantasias, e o observá-la com inteligência, aguardando pacientemente o resultado das suas atitudes. Por que não deixar a criança fazer por si mesma, com risco mesmo de errar, quando êsse erro não tiver outra consequência que não a consequência salutar de advertí-la e torná-la mais avisada e menos autômata em situações reais da vida? A nosso ver, tanto o erro como o acerto devem deixa-lhe a impressão de terem sido filhos das suas próprias convicções. Daí a grande necessidade da discussão. Uma troca de ideias ponderada onde predomina o bom senso e o espírito de justiça. Se não temêssemos cair em divagações apaixonadas, diríamos até que a discussão é um dos mais valiosos recursos de que dispõe a educação nova na formação do eu, da personalidade. E não se sabe por que, ainda em dias atuais, manifesta-se tamanha repugnância por êsse processo tão útil de expressão da criança. Se nós não queremos saber como se comporta o seu raciocínio, insistimos em lhe desconhecer a lógica, como vamos saber o que a aflige, como podemos descobrir as suas emoções ou arranjar uma "compreensão" para os seus desgostos, um derivativo aos seus recalques, uma cura aos seus complexos? Está neste caso a criança "não ouvida" vítima de uma outra mais velha, ou de um "flatteur" o tipo psicológico tão comum numa família. Conclusão: ela recalca-se, volta-se para dentro de si mesma, ruminando sozinho a injustiça de que se acha vítima, exagerando na hipérbole infantil as suas desgraças; e lá, no recôndito de si mesma talvez haja uma centelha de ódio, sim, o ódio da criança às vezes sem alvo, tão fácil de transformar-se em chama viva, vida a dentro.

Isso é natural, isso é humano, desde que o amor não é algo que se possa alimentar de si mesmo, ou do nada. E se isso não nos interessa é que não nos preocuparmos que ela continue sempre infeliz e eis o nosso egoísmo em ação.

Queixamo-nos muitas vezes de que o menino se torna áspero e injurioso quando discute. Mas deveríamos enxergar nessa

aspereza as consequências, os reflexos das nossas próprias represões. Se êle se enfurece é que, tendo raras oportunidades para se defender, entusiasma-se, acalora-se e torna-se insensivelmente ofensivo, receioso de que lhe cortem a palavra antes que tenha podido explicar-se. Por outro lado, quantas e quantas vezes temos visto a criança quando discute, prorromper em pranto antes de terminar a sua queixa?

E o número de tímidos e desconfiados pulula em proporção realmente assombrosa.

Um bom faro psicológico saberá distinguir a criança realmente queixosa do "raisonneur" incurável.

Em posição diametralmente oposta, está o menino mimado, o filho único, o menino rico, desenvolvendo o indefectível quadro psicológico de um "ennui de vivre" precoce, com o seu paradoxal ar infeliz, queixando-se de tudo e de todos, ou irritando-se porque o universo inteiro não se movimenta em função do seu egoísmo e das suas fantasias. Pouco lhe importa conseguir o seu desiderato à custa do sacrifício dos que o cercam. Ele quer e é o bastante para que os que o ouvem se arregimentem em exercito empenhado em servi-lo. Neste, sim, há um problema verdadeiro, um problema de difícil solução, que é fazê-lo despenhar-se, sem se ferir, da torre que lhe ergueram acima da própria personalidade e onde êle se encarapitou para menosprezar os demais. Os fúteis, os fátuos, os tolos, os estagnados, têm seus inícios aí. E' ainda na infância que é preciso remodelá-los, mormente na época atual de democracia, em que os ímpetos autocráticos se tornaram tão ridículos.

Seria longo recordar aqui todos os casos de crianças difíceis, porque a gama de diferenças humanas é infinita e infinitos os meios de recorrer a elas.

Que fazer dos tímidos, dos turbulentos, dos tristes, dos desconfiados, dos presunçosos? dos vaidosos, dos adolescentes?

Também não vamos longe, querendo atribuir a todos os filhos únicos, a todos os adolescentes, a todas as crianças sòzinhas, o determinismo de um desajustamento social. O ambiente é, a nosso ver, poderoso e esse desajustamento não se patenteará se não for fomentado, estimulado, consciente ou inconscientemente.

E' a razão por que hoje as vistas de todos os educadores se voltam para a educação pre-escolar, espécie de hygiene preventiva: evitar o desajuste, melhor do que curá-lo depois de instalado.

NOTAS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE CLUBES AGRÍCOLAS EM ALAGOAS

JORGE PINTO DE LIMA

Técnico de Educação Rural

I

O Clube Agrícola, organizado como instituição escolar, é um dos elementos capazes de contribuir para a melhor qualidade do ensino nas zonas rurais. Tal assertiva está discutida e documentada no folheto "Clubes Agrícolas" (Pinto Lima, Buhr e Lavor, ed. do Serviço de Informação Agrícola, M. Agricultura, Rio 1949), no qual se encontram também expostos os objetivos, a organização e o funcionamento dessas entidades. Assim, as atividades da F.C.A.Al. e dos clubes agrícolas podem ser pautadas pelas normas gerais e seguir a doutrina daquele trabalho, do qual serão enviados vários exemplares para distribuição aos professores interessados.

II

É evidente o caráter rural de Alagoas, não somente em vista da distribuição da população, mas também da natureza de sua produção, cuja maior parcela, em quantidade e valor, é de origem agro-pecuária. As rendas públicas, de que vive o Estado, têm sua fonte nas atividades rurais, nas quais se aplica o trabalho da grande maioria da população ativa.

Num Estado de características tão acentuadamente agrárias, a administração do ensino deve processar-se em função desta realidade ambiente. Tal propósito de renovação educacional poderia ser posta em prática a começar pelas novas escolas rurais construídas pelo Governo Federal, com recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, em regime de acôrdo com o Estado. Aquelas que oferecessem condições seriam escolhidas desde logo para fundação de clubes agrícolas, procurando dêste modo transformá-las em instituições reais e vivas, de integração dos alunos no meio ambiente, e, em consequência, tirando-se-lhes o caráter de meras agências de alfabetização.

O Serviço de Informação Agrícola (M. A.) negociou um acôrdo com o I.N.E.P. (M.E.S.) para fundação de clubes agrícolas nessas escolas, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro, procurando facilitar a essas entidades assistência técnica e material, bem como contribuir para melhor formação do professorado rural, através de cursos intensivos. Segundo êste acôrdo, já autorizado pelo Ministro da Agricultura, o S.I.A. destacou Cr\$ 400.000,00 de sua dotação própria para pagamento das despesas com pessoal técnico (colaboradores) e material agrícola, e aguarda no momento que o I.N.E.P. ponha igual quantia à disposição dos referidos trabalhos de cooperação.

A F.C.A.Al., a Diretoria da Educação e o próprio Governador do Estado devem estar atentos a essas negociações, das quais dependerá, em grande parte, o êxito dos clubes agrícolas em Alagoas. Não se pretende fornecer recursos em dinheiro, mas sim em assistência material e técnica.

IV

E' de importância fundamental, nesta fase preliminar da fundação de clubes agrícolas a sua manutenção à custa de tal assistência, pelo menos até que cada um possa adquirir vida própria e independência econômica.

O equipamento inicial, que deve ser fornecido a cada clube agrícola, orça por 10 a 12 mil cruzeiros, podendo ser especificado como segue, com pequenas adaptações para cada caso particular:

MATERIAL	Quantidade
Enxada	15
Sacho	15
Enxadão	6
Colher de transplante	12
Garfo	12
Ancinho	8
Pá reta	4
Cavadeira	3
Tesoura de poda	1
Tesoura de grama	1
Alicate	1
Torquês	1
Martelo	1

Canivete de poda	2
Serrote comum	1
Foice	1
Machadinha	1
Tela de arame (metro)	100
Pegador	6
Pulverizador	1
Colméia completa e núcleo de abelhas	1
Criadeira para 100 pintos	1
Pintos de um dia	100
Extintor de formigas	1
Mangueira para irrigação c/ acessórios (metro)	20

Previsto fica, através da F.C.A.Al., o abastecimento regular de sementes (de hortaliças, especialmente), adubos químicos, fungicidas, inseticidas, formicidas, cuja remessa será feita pelo S.I.A., de acôrdo com as necessidades.

V

Não devem os clubes agrícolas, de início, cogitar de muitas atividades. Começarão com uma ou duas, ampliando os seus trabalhos à medida que for possível. Campanhas de interesse geral (reflorestamento, arborização de ruas, caça às tanajuras na época da revoada, fornecimento de mudas frutíferas às famílias, etc.), devem ser logo encetadas. Procurar sugestões, de acôrdo com as necessidades do meio, no folheto "Clubes Agrícolas". Evitar atividades que possam fracassar. Observamos, por exemplo que no Estado não há condições ótimas para a avicultura, dadas as dificuldades de obtenção de forragens para o preparo de rações razoavelmente equilibradas. Seria no entanto, de grande significação para os clubes agrícolas a prática de avicultura, inteiramente adequada à natureza infantil, fonte de alimentos de alto valor biológico e complemento utilíssimo na horta escolar, como fornecedora de excelente adubo. Apesar disso, deve ser esta atividade deixada à margem, por enquanto.

VI

A fundação de clubes agrícolas não deve ser limitada às novas escolas rurais construídas pelo Governo Federal. Cumpre reanimar e reaparelhar as entidades já existentes ou que existiram no Estado, ora grupadas na F.C.R.Al. (relação fornecida ao Diretor da Educação), e criar outras onde houver condições propícias e o necessário interesse.

VII

Os Clubes Agrícolas deverão gozar de uma certa autonomia administrativa. Para isso, foi proposta sua organização em sistema próprio — a F.C.A.Al. — obedecendo às diretrizes gerais de estatutos necessariamente flexíveis, mas garantidores da unidade indispensável. É preciso, agora, regulamentar os detalhes de funcionamento, estudando-se, o Regimento Interno previsto nos Estatutos.

VIII

O auxílio inicial do S.I.A. à Federação (Cr\$ 35.000,00) deve ser entregue ao seu presidente, logo que for designado. Indicar em breve prazo um ou mais Inspectores de Clubes Agrícolas, para dar vida real à F.C.A.Al. Deve esta procurar obter de graça tudo o que for possível. E, como trabalho inicial, terá que promover a organização de sua séde, no Grupo Escolar "Alberto Torres", em Bebedouro, e do clube agrícola modelo, no mesmo local, com auxílio da Seção de Fomento Agrícola (federal), que serve ao Estado em regime de acôrdo.

IX

A F.C.A.Al. e a própria Diretoria da Educação devem articular-se estreitamente com os mencionados serviços de fomento agrícola, a fim de obter auxílio e assistência técnica para os clubes agrícolas, nos locais onde sejam fundados. Contam aqueles serviços com:

a) — RESIDÊNCIAS AGRÍCOLAS em: União dos Palmares, Capela, S. José da Laje, Porto Calvo, Viçosa, S. Miguel dos Campos, Penedo, Pão de Açúcar, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Mata Grande e Pilar, todas com agrônomos encarregados.

b) — POSTOS AGRÍCOLAS em: Anadia, Colônia Leopoldina, Maragogí, Delmiro, Marechal Deodoro, Limoeiro de Anadia, Atalaia, Traipú e Major Isidoro, alguns com agrônomos ou técnicos agrícolas.

c) — POSTOS AGROPECUÁRIOS em: S. Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe, Santana do Ipanema, S. José da Laje, Prado (Maceió), Olhos d'Água do Acioli e Quebrangulo, também com pessoal técnico e material agrícola.

d) — CAMPOS AGRÍCOLAS em: Porto Real do Colégio, Viçosa (Fazenda M. S. Luiz e dois em Maceió (Granja Concei-

segue:

ção, em Bebedouro e campo em Barro Duro), todos dispondo de pessoal técnico e de material.

f) — POSTO DE VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL em Maceió,)av. 5 de Julho s/n com veterinário capaz de ajudar em cursos de preparo de professores rurais e no combate às doenças dos animais domésticos.

O Ministério da Agricultura mantém ainda, no Estado a Estação Experimental de União dos Palmares, pertencente à rede de estabelecimentos experimentais.

X

Todo o trabalho relativo aos clubes agrícolas tem que ser baseado no preparo de professores convenientemente habilitados. O meio ideal será formá-los em Escola Normal Rural, de ensino especializado, em cujos programas a agricultura, a criação de animais, a profilaxia das endemias regionais, a alimentação e todos os demais problemas da vida rural sejam as matérias dominantes. Conviria estudar-se a readaptação e o reaparelhamento da Escola Normal Rural do Estado, neste sentido, para produzir resultados tardios, porém certos.

XI

Como solução de emergência, entretanto, não há como fugir-se ao aproveitamento dos elementos disponíveis, estimulando os professores a se enraizarem no meio rural por meio de gratificações adicionais a serem estabelecidas proporcionalmente à distância das maiores cidades ou segundo critério de zoneamento a ser estudado.

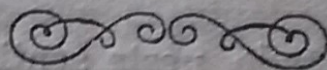
XII

Esses professores devem, porém, ser previamente preparados em cursos de caráter intensivo, realizados objetivamente, com duração de dois a três meses. Predominância de aulas práticas, completando-se a objetivação dos temas com visitas e excursões a instituições diversas: estabelecimentos agrícolas, granjas, engenhos, etc.

Ficou assentada, em princípio, a realização de um desses cursos na Escola Agrícola Floriano Peixoto, em Satuba, que receberia durante as próximas férias escolares, em regime de internato, uma turma de 20 a 30 professoras. Para sua efetivação, deverá o Governador do Estado, pessoalmente, empenhar-se junto ao Ministro da Agricultura a fim de conseguir a organização e financia-

mento por intermédio da CBAR (Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais ou da SEAV (Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário).

Assim, ainda no corrente ano, já se teria iniciado o preparo de um núcleo de professores que seriam indicados para as escolas rurais e em condições de dar vida a clubes agrícolas em algumas regiões do Estado.



RELATÓRIO

MARIA HERMINIA LINS DA ROSA OITICISA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Convidada pelo Exmo. Sr. Diretor de Educação para fazer uma experiência de orientação e ativamento do professorado alagoano, no período de férias — 1951-52 —, foi, com imensa satisfação, que aceitei a honrosa incumbência e a cujo desempenho dei tôda a minha bôa vontade nos limites de minhas possibilidades.

Apresentaram-se a matricula 320 professôres, de origem e idades diversas, constituindo uma variedade de temperamentos, experiências e problemas. Todos, entretanto, apresentaram um traço comum — uma prene juventude e um desejo incontido de aperfeiçoamento, característico, aliás, de todos aqueles que dedicam sua vida ou parte dela ao magistério público.

O convívio com a infância dá uma certa plasticidade e inquietação ao espírito, despertando, muitas vezes, um sentimento de desconfiança e auto defesa.

O convívio com a infância dá uma certa plasticidade e inquietação ao espírito, despertando, muitas vezes, um sentimento de desconfiança e auto defesa.

O Curso de Férias não poderia fugir a essa contingência e tal estado psicológico poderia ocasionar maior ou menor receptividade em correspondência com a habilidade ou compreensão daqueles que o promovessem e executassem.

Confesso que, de início não poderia saber qual seria o resultado atingido. Nos primeiros contactos com meus ouvintes, verifiquei, entretanto, uma atenciosa expectativa e uma disposição favorável que logo me cativaram e me influenciaram o ânimo no sentido de recobrar meus esforços, não para descobrir-lhes defeitos e criticá-los em público, mas para aprimorar-lhes as qualidades e aptidões demonstradas, como um meio de corrigi-los em benefício do ensino primário de Alagoas.

E penso que consegui algo do meu intento.

Deante da heterogeneidade da turma, compreendi que o curso deveria ser breve, de caráter essencialmente dinâmico e pragmá-

tico, sem o emprêgo de fórmulas ou expressões teóricas e doutrinárias de difícil apreensão.

Procurei, assim, sintetizar o mais possível o assunto que faria objeto de cada aula, tornando-o acessível a compreensão, tanto de professôres já amadurecidos, de formação definida, como da que acabava de sair do Instituto, com o espírito aberto a tôdas as iniciativas e ideias pedagógicas.

Tendo em vista tais circunstâncias e a situação particular de cada uma dessas professôras, meu primeiro cuidado foi organizar um questionário em que os únicos requisitos para bem responder as questões propostas dependeriam, não de conhecimentos livrescos, mas de ensinamentos ou experiências resultantes da convivência diária com os alunos.

Dessa forma, procurei inicialmente, como faz o médico com o organismo do doente, auscultar-lhes as deficiências e as falhas para, firmado o diagnóstico e conhecidas as dificuldades e problemas do ensino em Alagoas, traçar normas e organizar um plano para o curso que me foi confiado.

Realizado êsse primeiro ensaio, mediante um questionário, foi com satisfação que li as respostas, notando que havia sido atendida minha recomendação, feita antes da prova, quando pedi sinceridade e apresentação clara e precisa de todos os problemas e dificuldades que se apresentassem as professôras na execução dos encargos que o Estado lhes confiara — do ensino e educação da infância e de cuja importância tôdas demonstraram se achar capacitadas.

Tinha proposto previamente que o curso seria um todo harmônico e impessoal, no qual o esforço dispendido valeria com melhoria do nível cultural de todos em conjunto e não como classificação de cultura e preparo pessoal de cada um, distintamente.

Não era, portanto, uma competição o que desejava, senão um esforço comum de aperfeiçoamento. E como meio de tirar o caráter pessoal das provas, estabeleci que as professôras não deveriam assiná-las, mas adotar, cada qual, um pseudônimo. Sob essa proteção e sem individuação, responderiam, franca e lealmente, sem qualquer constrangimento, as questões apresentadas, dando-lhes as soluções que lhes parecessem mais adequadas.

Do estudo comparativo dessas respostas foi-me possível obter a média cultural e intelectual dos seus autores, o seu grau de experiência do ensino e das ideias ou tendências predominantes, tornando-se, assim, mais fácil a tarefa a que me propuz, e o conhecimento de terreno que iria palmilhar.

O Curso de Férias, foi dividido em três setores a saber:
Didática Geral — que tomei a meu cargo.

Material Didático — Uso e confecção — confiado a D. Dinah Souza Campos, técnica de educação vinda do sul do país especialmente para esse fim, que deu um curso prático ao curso.

Psicologia Social — Meio social e familiar, do qual tratou D. Rosa Alvernoz, possuidora de grande experiência no assunto.

O Curso teve início a 15 de Janeiro e se prolongou até 31 de esse mês com aulas diárias.

Darei anexo uma visão panorâmica do seu desenvolvimento, constituindo o primeiro elemento desse Relatório o Questionário a que já me referi; o segundo — o horário e programas seguidos; o terceiro — observações colhidas e confeccionadas em fichas sobre — grandes pedagogos, desde a antiguidade, dados esses coordenados e fixados pelas professoras, de modo a dar uma idéia do que foi, é e será a pedagogia como fonte propulsora de aperfeiçoamento e grandeza do ensino através do tempo e do espaço.

O quarto elemento mostrará o trabalho que elas realizaram em seminário, os assuntos tratados e algumas conclusões alcançadas.

No quinto elemento, encontrar-se-á, a relação nominal das professoras que realizaram todos os trabalhos, e das que se prontificaram a dar algumas aulas modelos.

Convém salientar que esse setor poderia ter alcançado maior êxito se me tivesse sido possível organizar aulas práticas, e dispor de auxiliares que pudessem dar demonstrações ativas para melhor compreensão das ouvintes. A quantidade de equipes ultrapassou as nossas possibilidades e a prática pessoal só seria viável com o funcionamento do Grupo Experimental. Infelizmente, no curto período de férias, foi escasso o tempo para a sua concretização e execução e não foi com pequenas dificuldades que se chegou ao resultado obtido, com uma só turma, cedida pelo professor Cajueiro.

De tudo que observei, porém, poderei dizer que o curso serviu para demonstrar que é possível aperfeiçoar o método e diminuir a distância que existe entre a moderna didática e a prática rotineira, seguida pela maioria das professoras.

Impõe-se, portanto, através de uma orientação persistente que o Curso de Férias será parte, a renovação da prática do ensino, de modo a adaptá-la a evolução pedagógica de acordo com as condições, ambiente e meios disponíveis para a sua implantação.

Como diz Aguayo: "a qualidade e quantidade da educação dependem do espírito que prevalece na comunidade — a educação deve participar dos assuntos e problemas da comunidade, ser acessível a todos os cidadãos ou grupos que desejam que a escola

seja genuinamente democrática e encarar problemas da comunidade, assim como cooperar para o futuro da mesma”.

Outra circunstância indispensável sobre a qual tive ocasião de insistir, durante o desenrolar do curso, afim de atingir-se o aperfeiçoamento do ensino, é a elevação do espírito educativo e da atitude do educador, no sentido da realização da personalidade juvenil.

O convívio diário dos professôres, o intercâmbio das idéias, o cunho democrático do estágio durante o qual tanto os diretores como os professôres, sem distinção, se conservaram no mesmo pé de igualdade, tudo isso abriu um crédito de confiança que permitiu, sem qualquer constrangimento, a colheita de dados, informações, conselhos e indicação que muito concorreram para o êxito dos trabalhos.

O clima de amizade, de solidariedade e de espírito de coleguismo que predominou durante o curso, muito enaltece e dignifica o professorado alagoano.

Cumprime-me agradecer a preciosa colaboração que prestaram não só as duas magnificas técnicas, que do sul do país vieram, para dar o seu cabedal de conhecimentos em prol da renovação do ensino em Alagoas, como também ao Diretor de Educação, que, apesar de seus multiplos afazeres, de vez em quando nos visitava e num dos nossos seminários tomou parte ativa entusiasmando a todos com a explicação clara e sucinta de que é a escola renovada; ao Diretor do Instituto que prontamente atendia as nossas solicitações; a D. Guiomar Andrade que secretariou o Curso a D. Alice Sales que nos pôs a disposição a secção de Estudos Pedagógicos, enfim a todos de cujo convívio, inteligência ou cultura guardarei a melhor recordação e bem assim as provas de consideração, de benevolência e cordialidade com que me distinguiram.

PROGRAMA DO CURSO DE FÉRIAS

1º Período — Teórico

1ª Unidade — O PROFESSOR

I — Missão

II — Responsabilidade

III — Formação integral

a) cultura

b) prática

c) étnica profissional

d) qualidade

2ª Unidade — O EDUCANDO considerado sob o ponto de vista:

I — Psicológico

II — Biológico

III — Moral

IV — Social

3ª Unidade — O MEIO

I — Familiar — integração na sociedade

II — Escolar

a) o prédio

b) a sala de aula

c) higiene escolar

d) organização e legislação escolar

III — Harmonia entre a escola e a família

4ª Unidade — A APRENDIZAGEM

I — Conceito

II — Condições

III — Leis

IV — Tipos

V — Processos — atenção, interêsses, memória, hábitos e habilidades.

5ª Unidade — FATORES que condicionam a APRENDIZAGEM.

I — Motivação

a) intrínseca

b) extrínseca

II — Manejo de classe

a) sob o ponto de vista administrativo

b) sob o ponto de vista didático

III — Material Didático

IV — Métodos (psicológicos)

a) classificação

b) leis

c) estudo crítico

2º Período — Prático

1ª Unidade — SEMINÁRIO

Explicação — Discussões objetivas com material didático abundante mas selecionado afim de dar oportunidade a iniciativa, confiança em si, responsabilidade.

3ª Unidade — OBSERVAÇÃO

Explicação — Serão dadas aulas com planos preestabelecidos

afim de dar ensejo as alunas de observação dos métodos, manejo e motivação e suas aplicações práticas.

4ª Unidade — VISITAS

Explicação — Em grupos pequenos com uma caderneta para o registro das observações feitas. Em prazo marcado deverão entregar um relatório das visitas realizadas.

5ª Unidade — PARTICIPAÇÃO ATIVA

Explicação — Aplicação prática de tudo que foi ensinado e observado durante o curso. Uma junta de 3 (três) membros assistirão 3 (três) demonstrações para dar pontos ou notas conforme critério que será oportunamente adotado.

O ENSINO DA LINGUAGEM

Leitura

Escrita

Composição

Gramática

Normas — Métodos — Estudo crítico

O ENSINO DAS MATEMÁTICAS

1º — Da Metodologia do Cálculo

- a) histórico
- b) importância
- c) requisitos para o ensino
- d) processos para o ensino
- e) material didático
- f) programas
- g) cálculo mental
- h) caixa escolar, cooperativas, banco escolar etc.
- i) verificação da aprendizagem.

2º — Da Metodologia da Geometria

- a) histórico
- b) importância
- c) marcha do ensino
- d) material didático
- e) programas
- f) museus

O ENSINO DAS CIÊNCIAS

1º — Da Metodologia das Ciências Naturais

- a) histórico
- b) importância
- c) marcha do ensino

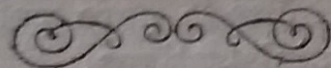
- d) material didático e programa
- e) excursões, cultura, herbários, etc.

2º — Da Metodologia das Ciências Sociais

- a) histórico
- b) conceito e importância
- c) marcha do ensino
- d) material didático
- e) salas ambientes

3º — Da Metodologia das Ciências Físicas

- a) histórico
- b) conceito e importância
- c) marcha do ensino
- d) material didático
- e) salas ambientes, laboratórios.



RELATÓRIO

Of. n. 30-52

Maceió, 3 de abril de 1952

Exmo. Sr. Secretário:

Na forma regulamentar tenho a satisfação de enviar a V. Excia. o relatório das atividades da Diretoria da Educação no período compreendido entre 15 de outubro a 31 de dezembro, porquanto os meus antecessores fizeram chegar às mãos de V. Excia. completa e minuciosas informações das ocorrências de suas gestões.

Assumindo o exercício do cargo, procurei conhecer da situação administrativa e técnica dos órgãos especializados a cargo da Diretoria da Educação, concluindo pela necessidade de uma total reestruturação em face da inexistência de uma organização de trabalho compatível com a amplitude e relevância da tarefa, além da falta do pessoal especializado para perfeita movimentação das atividades técnicas e administrativas.

Apresentadas tais razões ao Exmo. Senhor Governador, foi autorizada a feitura de projeto de lei criando o Departamento Estadual de Educação e que no momento se encontra na egregia Assembléia Legislativa.

Sem preocupações outras que não a de um trabalho regular e eficiente, a organização proposta para o futuro Departamento permite atender as suas necessidades, pela regular divisão de trabalho e distribuição das funções.

PESSOAL

E' a Diretoria da Educação uma das repartições de Estado que possui maior pessoal em virtude do avultado número de docentes secundários, primários e profissionais, além dos demais funcionários administrativos, Diretoria e órgãos escolares.

Deveria por isso possuir uma organização impecável, uma regular obediência e hierarquia de funções, um integral respeito aos princípios regulamentares.

Ao contrário o que se observa é a mais completa ausência de tudo isso. Encontram-se em funções burocráticas e estritamente

administrativas professores primários, profissionais e auxiliares do ensino.

Professores sem diploma, professores sem concurso, professorias regulamentares, professores cedidos a instituições particulares enquanto as públicas se fechavam por falta de docentes, professores excedentes em Maceió a custa do abandono de suas funções no interior, tudo isso existia na Diretoria da Educação, a demandar correção gradual e justa. Nos relatórios dos meus ilustres antecessores srs. João Mello e Balbino Martins são também mencionados tais irregularidades que não tendo suas curtas permanências na função decerto permitido a solução necessária. Inteiro de tal situação, mesmo antes de ser posta em vigor o novo regulamento, em elaboração pela comissão designada pelo Exmo. Sr. Governador Arnon de Mello, procuramos pautar os nossos atos em função da regulamentação existente procurando ao mesmo tempo corrigir gradualmente as falhas de organização.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Vae voltando à sua situação de estabelecimento idoneo de ensino secundário e normal. Pelo respeito à lei, segura e ativa direção, pela honesta e criteriosa seleção de seus docentes, pela distribuição de um ensino eficiente e moderno espero que o Instituto de Educação retornará ao nível e conceito que possuiu nos primórdios de sua fundação. Voltará a Congregação do Instituto a participar de sua vida e a colaborar dentro dos limites legais e na esfera de suas atribuições, todos os atos que digam respeito a vida e ao progresso do estabelecimento.

Concursos se processarão e pela sua lisura e honestidade serão o estímulo a cultura e prêmio ao estudo.

Necessita o Instituto de Educação de melhoria de suas instalações e equipamentos. Situado em edificio especialmente construído e aparentemente adequado, sofre no entanto as deficiências e prejuizos de sérios defeitos de arquitetura que um planejamento adequada evitaria. Corredores estreitos e insuficientes ao volume da população escolar, salas mal orientadas e de acesso difficil, pateos e recreios insuficientes, saneamento precário, ausência de acomodações condignas para professores, deficiências de equipamento especializado, tudo isso está a exigir solução e correctivo.

COLÉGIO ESTADUAL

Instalado em um velho edificio totalmente insufficiente para

as finalidades do estabelecimento, vão decorrendo regularmente a sua vida e atividades didáticas. Reclamam a sua diretoria e docentes melhoria do equipamento e material. Pretendemos organizar em breve tempo a regulamentação do tradicional estabelecimento, para o que oficiamos à sua Diretoria solicitando a feitura do ante-projeto por comissão escolhida pela congregação. Com várias cadeiras vagas é nossa intenção a realização de concursos para o devido preenchimento. No entanto, ao lado dessas medidas de ordem didáticas e administrativa, uma outra é inadiável: a edificação do edifício condigno para o velho Liceu, de acôrdo com as modernas normas da arquitetura especializada e relevância do estabelecimento na vida didática e cultural do Estado.

ESCOLA PROFISSIONAL

Em anexo segue o relatório da respectiva Diretoria.

E' outro estabelecimento a necessitar profunda reforma e segura estruturação. Desde a sua instalação que é precaria até a sua organização que é claudicante. Tudo está a exigir providências. Se no setor técnico ou administrativo poderemos em breve dar solução adequada, no tocante a instalação mister se faz a edificação de prédio ou a transferência para o edifício do Colégio Estadual a quando de sua mudança para novas instalações.

ESCOLAS NORMAIS NO INTERIOR

Penedo e Viçosa — Estão em caminho as soluções dos seus principais problemas: instalações. A de Penedo em breve possuirá magnifica séde, moderna e apropriada as finalidades do ensino e especialização da escola, construída pelo governo federal. A de Viçosa também dentro em pouco se transferirá para o imponente edifício da Instrutora Viçosense, que deixará de ser a sinfonia inacabada da bela cidade, graças as obras da reconstrução e acabamento que o Governo está no momento executando.

No setor técnico administrativo reformas também serão implantadas com as finalidades de melhor ajustamento de seus curriculos às necessidades do ensino e aos interesses culturais e educativos da região.

A situação dos docentes é outro aspecto a ser regulamentado com o reconhecimento da relevância de suas funções. No momento, pela dedicação dos seus mestres e proficiencias de suas direções vão cumprindo razoalmente suas atribuições e apresentando regulares resultados.

PREDIOS ESCOLARES

Clama aos céus a situação dos prédios escolares do Estado. A impressão recolhida quando se visita qualquer deles é de desolação e revolta. Sem nenhuma obra de conservação e asseio, há muitos anos, os edifícios dos nossos grupos escolares estão em regular número em ruínas e a grande maioria em deplorável estado. São a negação integral de todos os principais pedagogicos e higienicos. Por outro lado o mobiliário encontra-se no pior estado, havendo inumeras classes onde as crianças não têm onde se sentar.

Em face de tão alarmante situação sugeri ao Exmo. Sr. Governador ficasse a Diretoria da Educação diretamente encarregada da execução das obras necessárias aos estabelecimentos de ensino, o que foi aprovado por Sua Excia. tendo sido baixada a respectiva portaria. Assim estão em estudo e inicio de realizações, obras em alguns estabelecimentos, subordinadas a sua execução às disponibilidades do Tesouro Estadual. No entanto, cada dia mais inteirado da realidade da situação em virtude das visitas que tenho empreendido ao interior do Estado, desejo solicitar ao Exmo. Sr. Governador reforços de verba, para a execução de mais largo plano de trabalho, no intuito de acautelar o patrimônio do Estado e a vida regular das instituições educativas que nesses edifícios funcionam. Mais ainda, novos edifícios devem ser levantados na Capital para atender ao aumento da população escolar.

PRÉDIOS ESCOLARES RURAIS

Foram destinados ao Estado de Alagoas pelo Governo Federal em 1947, 1948 e 1949, 223 escolas rurais e 8 grupos escolares rurais.

Se houvesse um mínimo de bom senso e desejo sincero de ser útil ao Estado, nós possuiríamos hoje uma situação lisonjeira no setor do ensino rural, no tocante a prédios e instalações. A política mal orientada, o comodismo e o desinteresse no entanto permitiram que se espalhassem sem plano nem orientação, tão avultado número de prédios e, o que é pior, em grande número pessimamente construídos numa evidente má aplicação dos dinheiros públicos.

A regularização do assunto referente aos prédios rurais, as medidas necessárias a conclusão de prédios já considerados construídos, o levantamento do conceito do Estado junto aos órgãos especializados do Ministério vêm consumindo penosos trabalhos desta Diretoria e exigindo medidas rígidas. Felizmente os prédios de acôrdo do 1950 obedecerão em sua construção a um programa

regular, como resultado de concorrência pública realizada e entregue a firma idonea. Esperamos também fazer o recebimento dos prédios após a indispensável verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e que até então em relação aos anteriores nunca fora feito.

ENSINO SECUNDARIO

Se é regular o nível de nosso ensino médio oficial, no entanto a remuneração dos seus docentes em face do atual custo da vida, necessita ser reajustada. Vem sendo cumprida a legislação federal nos estabelecimentos secundários do Estado e é nosso desejo atender a todas as exigências em benefício do ensino e da incidade.

ENSINO NORMAL

Vem sendo motivo de nosso acurado exame e estudo do ensino normal em nosso Estado. Já nessa altura temos a satisfação de proclamar uma sensível elevação do nível de aproveitamento pela cooperação e amor ao trabalho dos docentes do Instituto.

A regulamentação em preparo trará sensíveis melhorias para seu currículo e assegurará, conseqüentemente melhores vantagens para as professoras diplomadas pelo nosso estabelecimento oficial, ao mesmo tempo regulará devidamente a vida escolar, dos estabelecimentos sob outorga de mandato. Também esperamos assegurar por meio de justa regulamentação a situação dos diplomados pelas escolas de Penedo, Viçosa e Asilo Bom Conselho.

ENSINO PRIMÁRIO

E, apesar de todos os percalços, bom, em grande percentagem, o ensino primário estadual.

O que é admirar, tantos os entraves e tantos as irregularidades existentes.

Desde a falta de um sistema de promoções regular e assegurador do mérito até ao abuso das licenças para tratamento de doenças inexistentes.

Um Curso de Férias foi medida preliminar tomada para melhoria do nível intelectual do magistério.

Outras iniciativas surgirão, ao lado de providências regulamentares, creadoras de um clima de dignidade e respeito profissional e asseguradoras dos direitos de cada professora para que se possa exigir um integral cumprimento dos seus deveres, sub-

orgão estadual de educação. O gesto altamente elogiável e meri-
tório do Exmo. Sr. Governador em crear 100 novos cargos de
professores primários veio facilitar sobremodo a nossa tarefa e
proporecionar ao povo novos estabelecimentos de educação.

EDUCAÇÃO FISICA

É outro setor do aparelhamento educativo do Estado com-
pletamente abandonado. Possuindo elementos proficientes e es-
pecializados em educação física no entanto nunca foram aprovei-
tadas as suas capacidades e conhecimento na organização de um
trabalho científico em que ao lado da aplicação das atividades es-
tritas de educação física alguma coisa se seleccionasse para docu-
mentação de caracter antropológico e cultural. Pretendemos dar
vida a tão importante departamento, já tendo iniciado os primei-
ros entendimentos com os funcionários especializados existentes
na Diretoria, estando em estudos relatório elaborado sobre o as-
sunto.

SAUDE ESCOLAR

No setor saúde escolar, grande é a nossa preocupação em
manter intima cooperação com o Departamento Estadual de Sau-
de e estudos minuciosos farei realizar sobre a organização de um
serviço eficiente de saúde escolar.

Tais Exmo. Sr. Secretário as principais ocorrências destes
2 meses de trabalho e o relato sumário dos propósitos que nos
animam de integral colaboração ao Governo realizador e progres-
sista do Exmo. Sr. Dr. Arnon de Mello, no setor da educação.

DR. IB GATTO FALCAO — Diretor

Ao Exmo. Sr. Dr. Ulisses Braga Junior,
Secretário do Interior e Educação
Nesta

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

MENSAGEM

Maceió, 30 de novembro de 1951

Senhor Presidente

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, para o necessário pronunciamento dessa Egrégia Assembléia, o anexo projeto de lei que transforma a atual Diretoria da Educação em órgão autônomo da administração do ensino, sob a denominação de Departamento Estadual de Educação.

2. A necessidade de uma reforma de base no sistema que superintende os problemas da instrução pública em Alagoas tem sido proclamada e reconhecida de longa época, sabido como é que a sua forma de estruturação não mais corresponde às mínimas exigências dos processos modernos de administração do ensino.

3. Centralizando atividades rigorosamente especializadas, dentro de um setor que se alarga de ano para ano, com o crescimento progressivo da população e em virtude de constante solicitação de meio, a atual Diretoria da Educação tornou-se um organismo perempto, desajustado e obsoleto em face aos complexos problemas que lhe cumpre encaminhar e resolver no quadro geral da administração pública.

4. Nenhum governante, entretanto, até o presente momento se decidiu enfrentar tão importante problema, como o da re-reforma de órgão diretor e coordenador das atividades educacionais do Estado, tal a complexidade do assunto, sempre contingenciado por circunstâncias e fatores os mais diversos. Desde os difíceis procedimentos técnicos, exigidos para uma reorganização de grande profundidade, capaz de facilitar a solução prática dos problemas educacionais específicos, até os processos movimentados pelos interesses políticos, tudo se tem constituído em obstáculos, tolhendo, nesse setor, a iniciativa oficial.

5. A situação do ensino, hoje, em Alagoas, especialmente a do ensino primário, de tal forma, porém, se agravou que não é

mais possível adiar a solução do problema. Ou reajustamos o sistema, através de uma reforma de base, inspirada em orientação rigorosamente técnica e científica, ou teremos que assistir, dentro de poucos anos, desmoronamento completo da administração do ensino em nossa terra, dando, assim, ao nosso povo um sombrio atestado de incapacidade.

6. De outro lado, quando se passe ao exame do aspecto técnico educacional, chega-se à evidência de que o atual sistema representa um entrave à execução de planos racionais visando a melhoria dos níveis do ensino em nosso Estado. Há uma necessidade inadiável do ajustamento da nossa escola aos imperativos da vida moderna, de uma renovação dos nossos processos educativos, ao lado de um melhor nível dos nossos órgãos de educação. Nessa época não mais comporta os processos formalísticos e livrescos do ensino, antes exige que a escola seja um centro de formação e de trabalho.

7. Em outra oportunidade, destacava o meu Governo, em mensagem dirigida a esse Egrégio Poder Legislativo o papel fundamental da educação, sobretudo nas zonas rurais, na formação cultural do nosso povo, cujos níveis de instrução, de acôrdo com as estatísticas oficiais, são dos mais baixos que se registram em todo o país. Alagoas, infelizmente, se tem colocado em uma situação humilhante no conceito das demais unidades da Federação, não obstante a sua tradição de berço de grandes figuras que enriqueceram o patrimônio cultural e científico do Brasil. Mas o aspecto essencial e mais melancólico, que não é lícito ignorar o que demanda solução urgente, é essa realidade alarmante de numerosa população infantil abandonada, à margem da assistência social do Estado, constituindo-se no principal fator, quando não de atraso e decadência, pelo menos de estiolamento das nossas melhores reservas humanas.

8. Estruturando em bases racionais o Departamento Estadual de Educação e imprimindo-lhe um ritmo de trabalho essencialmente técnico, estará o Governo aparelhado para cumprir os seus compromissos com as novas gerações de Alagoas.

9. O projeto anexo organiza o novo Departamento, dando-lhe condições de eficiência que lhe permitirão cumprir amplamente as suas finalidades. Regulariza o setor da inspeção escolar e melhora a remuneração, dentro de um critério absolutamente justo, das funções de direção do Instituto de Educação e do Colégio Estadual Moreira e Silva. Finalmente, assegurando ao Departamento autonomia e direta subordinação ao Chefe do Poder Executivo, o projeto desobriga a Secretaria do Interior e Educa-

ção das atividades educacionais, facultando-lhe, com isso, melhor desenvolver e exercer as suas atividades.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARNON DE MELLO — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Pinto de Barros,
Presidente da Assembléa Legislativa — Nesta.

PROJETO DE LEI N.

Transforma a Diretoria da Educação em Departamento Estadual de Educação e dá outras providências.

Art. 1º — A atual Diretoria da Educação fica transformada em “Departamento Estadual de Educação”, diretamente subordinada ao Governador do Estado.

Art. 2º — A atual Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Educação passará a denominar-se Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Segurança Pública.

Art. 3º — O Departamento Estadual de Educação, ora criado, será dirigido por um Diretor Geral contratado, de livre admissão do Governador do Estado, devendo a escolha recair em pessoa de notória competência técnica e elevada reputação.

Art. 4º — Ao Departamento Estadual de Educação, respeitadas as restrições da legislação federal, compete promover a educação, desenvolver e difundir a cultura em todos os seus aspectos, dentro do Estado, dirigir, orientar, coordenar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos, órgãos instituições que integram a sua estrutura.

Art. 5º — Para o cumprimento de suas finalidades, o Departamento Estadual de Educação disporá dos seguintes órgãos, serviços e instituições.

- a) Diretoria Geral
- b) Divisão Técnica
- c) Divisão Administrativa
- d) Conselho Estadual de Educação
- e) Conselho Regional de Desportos
- f) Serviço de Educação Física
- g) Instituto de Educação
- h) Colégio Estadual de Alagoas
- i) Escola Profissional “Princesa Isabel”

j) Estabelecimentos de Ensino Normal e Secundário do Interior do Estado.

Art. 6º — A Divisão Técnica incumbe o estudo, planejamento, orientação e fiscalização dos problemas técnicos pedagógicos e, nos casos que o Regimento estatuir ou por determinação do Diretor Geral, a execução de quaisquer atos ou medidas visando a eficiência do ensino e o perfeito desenvolvimento das atividades do Departamento Estadual de Educação.

Art. 7º — Com as atribuições e normas de trabalhos fixados em Regimento, constituirão Secções e Serviços da Divisão Técnica:

- a) Serviço de Inspeção Escolar
- b) Secção de Ensino Elementar e Médio
- c) Secção de Pesquisas Educacionais, Estatística, Programas e Medidas Escolares
- d) Secção de Ensino de Adolescentes e Adultos.

Art. 8º — A Divisão Administrativa incumbe a execução de todos os trabalhos de ordem administrativa do Departamento devendo ter, para o perfeito desenvolvimento de suas atividades, a seguinte organização:

- a) Secção de Administração
- b) Secção de Contabilidade
- c) Secção de Prédios e Aparelhamento Escolar

Art. 9º — O Conselho Estadual de Educação, órgão consultivo, terá suas atribuições fixadas em Regimento e será constituído dos seguintes membros:

- a) Diretor Geral do Departamento, seu Presidente nato
- b) Diretor do Instituto de Educação
- c) Representante do Professorado Secundário Oficial
- d) Representante do Professorado Primário Oficial
- e) Representante das Diretorias dos Grupos Escolares
- f) Representante do Ensino Profissional Oficial
- g) Diretor da Divisão Técnica
- h) Professor de Filosofia da Educação
- i) Pessoa de notável técnica e conhecimento dos problemas de Educação.

§ único — Os membros do Conselho Estadual de Educação serão designados pelo Chefe do Executivo Estadual, pelo prazo de dois anos, não sendo vedada a recondução.

Art. 10 — O Conselho Regional de Desportos mantém a sua competência, atribuições e constituição, já existentes, sendo os seus membros designados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado, mediante proposta do Diretor Geral do Departamento Estadual de Educação.

Art. 11 — O Serviço de Educação Física, a cargo do Médico

de Educação Física, terá as atribuições fixadas em Regimento e extensão a todos os estabelecimentos escolares.

Art. 12 — O Instituto de Educação, Colégio Estadual de Alagoas, Escola Profissional “Princesa Isabel” e os estabelecimentos de ensino, normal e secundário do Interior do Estado, terão mantidas suas respectivas organizações, observadas as disposições da Legislação Federal.

§ 1º — Os órgãos referidos neste artigo, serão diretamente subordinados à Diretoria Geral do Departamento Estadual de Educação.

§ 2º — Oportunamente serão fixadas em Regimento as suas normas de trabalho e funcionamento.

Art. 13 — Ficam criados e incorporados ao Quadro Unico do Estado, como isolados de provimento em comissão e integrando a lotação do D. E. E. dois cargos de Diretor de Divisão padrão “Q”.

§ único — Os cargos a que se referem êste artigo serão providos mediante proposta do Diretor Geral do D.E.E.

Art. 14 — As Chefias das diferentes Secções do Departamento Estadual de Educação, constituirão funções gratificadas, na base de Cr\$ 500,00 mensais, cada uma, e serão providas por ato do Diretor Geral do Departamento, após a competente autorização do Chefe do Poder Executivo, recaindo sempre a escolha do Quadro Unico do Estado.

Art. 15 — Tôdas as dotações consignadas em Orçamento e destinadas a conservação, construções de prédios escolares, aquisição de material e manutenção de ensino em todos os graus, da atual Diretoria de Educação e do Departamento Estadual de Obras Públicas, serão movimentadas pelo Departamento Estadual de Educação.

Art. 16 — Enquanto não for expedido necessário Regimento, o Departamento Estadual de Educação reger-se-á pelo regulamento vigente.

Art. 17 — Ficam extintas todas as funções gratificadas das lotações da atual Diretoria da Educação.

Art. 18 — O atual Assistente Técnico de Educação exercerá as suas atividades junto ao gabinete da Diretoria Geral.

Art. 19 — A gratificação dos Diretores do Instituto de Educação e Colégio Estadual de Alagoas será de Cr\$ 1.000,00.

Art. 20 — Ficam criados no Quadro Unico do Estado como isolados e de provimento em comissão 3 (três) cargos de Inspetor de Ensino padrão “I”.

Art. 21 — Os atuais cargos de Inspetores de Ensino ficam transformados em cargos de provimento em comissão, respeitadas

Art. 22 — Para atender às despesas decorrentes da admissão, como contratado do Diretor Geral do Departamento Estadual de Educação fica aberto ao atual Orçamento, com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 1952 o crédito especial da importância de Cr\$ 84.000,00, imobilizando-se, em tempo oportuno, como recurso financeiro, a mesma soma em dotações designadas para a atual Diretoria de Educação.

§ único — Os demais encargos criados por esta lei correrão por conta das dotações dos serviços a cargo da atual Diretoria da Educação.

Art. 23 — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 13 de dezembro de 1951, 64º da República.

O GOVERNADOR DO ESTADO, tendo em vista o que consta no processo n. 338-52 do Departamento do Serviço Público, e de acordo com o inciso 11 do artigo 5 do Decreto Lei n. 2704, de 28 de outubro de 1941, resolve nomear Nair de Lima Sales, Helena Xisto de Souza, Aristéa Lopes, Maria Angelica dos Santos, Maria da Cruz, Carmelita Maria de Jesus, Elzerita Gonçalves Silva, Maria José Lima de Vasconcelos, Maria Tereza Lima de Macedo, Nadjé Correia de Monteiro, Maria Zilma Moura, Maria José de Almeida Porto, Josefa Valderez Costa, Francisca Margarida Murta Torres, Neusa Correia Pinto, Aparecida Maria Vanderlei, Otavia Barbosa da Silva, Maria Aparecida Mastriane, Ruth Pirauá de Paiva, Elba Souta Lemos, Irací Cavalcante Pedrosa, Maria da Salete Aragão Rocha, Maria das Mercês Cavalcante, Josefa Ferreira de Souza, Argentina da Boa Morte, Ivone Alves Sotero, Cacilda Cariri Costa, Maria Alvares de Souza, Lizete Tavares de Oliveira, Enalva Leoncio da Silva, Déa de Oliveira Souza, Nadir Moreira Leite, Ruth Acioli Pimentel, Maria Tereza Brandão Lima, Walcira Barbosa Ribeiro, Nildes Pinheiro, Marinete Ferreira da Silva, Ana Maria Vasconcelos, Elza Pereira Lira, Maria Cavalcante de Lima, Wandete Barros, Nilda Cavalcante de Albuquerque, Aurelina Nunes Palmeira, Maria de Lourdes Farias, Raimunda dos Santos, Letice Ezequiel dos Santos, Dulcinéa Costa Bibiano, Maria de Jesus Medeiros Silva, Ligia Tenorio Avila, Alice Ferreira da Silva, Maria Prudente dos Anjos, Diná Passos Lima, Helse de Holanda Costa, Judith Higino de Albuquerque, Anita Albuquerque Campos, Maria Ivone de Vasconcelos Holanda, Aurelia Rochas Rodas, Maria Praxedes Moreira de Albuquerque, Ana Lobo Sales, Maria da Luz Araujo, Terezinha de Souza Leite, Maria Dantas da Hora, Ana Celia de Vasconcelos, Maria Nice Loureiro de Albuquerque, Sebastiana Quiteria da Cunha, Aguililza Barros Correia, Maria Augusta de Holanda Padilha, Dolores de Souza Leite, Eluza Brandão de Mou-

ra, Ivonete Lima, Geoselia Bezerra da Silva, Celsa Bastos, Eliete Barros, Nelsa Batinga da Rocha Cavalcante, Maria José Torres, Maria de Lourdes Costa, Josefa Bonfim de Amorim, Cecília Brito de Queiroz, Maria de Lourdes Lins Pessoa, Vandecy Balbino da Silva, Maria Frutuosa de Vasconcelos, Margarida do Sacramento, Daniva Lira Silva, Sonia Vieira Ribeiro, Maria de Lourdes Monteiro, Marinete da Silva Porto, Vanda Barros, Nadir da Rocha Pinto, Emilia Cavalcante Costa, Maria de Lourdes Lopes do Amaral, Waira Freitas de Carvalho, Maria Dilma Mascarenhas de Barros, Zelia Lopes de Lima, Eurides Ferreira de Souza, Graciete Vergosa dos Santos, Marilí Gomes Pereira, para exercerem o cargo da classe C da carreira de Professor Primário, do Quadro Único do Estado, criado pela Lei n. 1.556, de 14 de outubro de 1951.

Maceió, 21 de fevereiro de 1952, 63º da República.

ARNON DE MELLO.

DECRETO N. 538 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Cria um Grupo Escolar na cidade de Fenedo com a denominação de "Clementino do Monte".

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições contidas do inciso 1 do art. 56 Constituição Estadual, combinadas com as do item III, artigo 5º do Decreto n. 2.225 de 30 de dezembro de 1936,

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado na sede do município de Fenedo um Grupo Escolar, sob a denominação de "Clementino do Monte".

Parágrafo único — Fica extinta, nesta data, a escola isolada mista de Cajueiro Grande, da sede do mesmo município.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO

Ulisses de Mendonça Braga Junior

José Maria de Mello.

DECRETO N. 539 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Agrupação de cadeiras do magistério primário do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições contidas no inciso I do artigo 56 da Constituição Estadual, combinadas com as do item III, do artigo 5º, do Decreto n 2.225 de 30 de dezembro de 1936,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam agrupadas, por conveniencia do ensino, as cadeiras isoladas do sexo masculino e feminino, situadas na Vila nominação de Grupo Escolar “Monsenhor Ribeiro Vieira”.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO
Ulisses Braga de Mendonça Junior
José Maria de Mello.

DECRETO N. 540 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Agrupação de cadeiras do magistério primário do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições contidas no inciso I do artigo 56 da Constituição Estadual, combinadas com as do item III, artigo 5º do Decreto n. 2.225 de 30 de dezembro de 1936.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam agrupadas, por conveniencia do ensino, as cadeiras do sexo masculino, feminino e mista, situadas na sede do município de São Braz, sob a denominação de Grupo Escolar “Sampaio Marques”.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO
Ulisses de Mendonça Braga Junior
José Maria de Mello.

DECRETO N. 541 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Agrupação de cadeiras do magistério primário do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições contidas no inciso I do artigo 56 da Constituição Estadual, combinadas com as do item III do artigo 5º do Decreto n. 2.225, de 30 de dezembro de 1936:

DECRETA

Art. 1º — Ficam agrupadas por conveniencia do ensino, as cadeiras isoladas masculina se femininas, da Vila de Taquarana, Município de Limoeiro de Anadia, sob a denominação de Grupo Escolar "Santos Ferraz".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO

Ulisses de Mendonça Braga Junior

José Maria de Mello.

DECRETO N. 542 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Transfere uma cadeira isolada, mista, da Vila de Ipioca, Município da Capital, para Camassari em Coruripe.

O GOVERNADOR DO ESTADO no uso das atribuições contidas no inciso 1º do artigo 56 da Constituição Estadual, combinadas com as do item III, artigo 5º do Decreto n. 2.225, de 30 de dezembro de 1936.

DECRETA:

Art. 1º — Fica transferida da Vila de Ipioca, Município da Capital, uma cadeira isolada mista, para o povoado de Camassari, em Coruripe.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO

Ulisses Braga de Mendonça Junior

José Maria de Mello.

DECRETO N. 537 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Localiza cadeiras do magistério primário do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, contidas no inciso 1º do artigo 56 da Constituição Estadual, combinadas com as do item III do artigo 5º e 49, do Decreto n. 2.225 de 30 de dezembro de 1936.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam localizadas por conveniencia do ensino, as cadeiras criadas pela Lei n. 1.806, de 21 de 12-1951, em Tinguí,

Poço Grande, Pintimiju, Lino, Macuea, Retiro, Barro Vermelho, Alto do Garrote, Capelinha, Congó, Rua Nova, Mata Escura, Canapi, Agua Branca, Espirito Santo, Dois Paus, São José da Tapeira, Guaribas, Bom Despacho, Marituba, Itaporanga Graussu, Entremontes, Panelas, Dois Braços, Franciscana, Lagoa de Fora, Capim, Roçadinho, Jardim, Caruruzinho, Campos, Espalhado, Laranjeiras, Castanha Grande, Varzea Grande, Anhumas, Santo Antonio, Boa Esperança, Anel e Jussara nos municípios de Agua Branca, Capela, Colônia, Leopoldina, Junqueiro, Major Isidoro, Marechal Deodoro, Mata Grande, Murici, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Penedo, Pilar Piranhas, Quebrangulo, Santana do Ipanema, São José da Lage, São Luiz do Quitunde, União dos Palmares, Viçosa e Maceió.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Maceió, 21 de fevereiro de 1952.

ARNON DE MELLO
Ulisses de Mendonça Braga Junior
José Maria de Mello.

DECRETO N. 526 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1951

Incorpora à legislação do ensino Normal do Estado de Alagoas dispositivos do Decreto-Lei n. 5.830, de 2 de janeiro de 1946, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições contidas no art. 56, inciso I, da Constituição Estadual e nos termos do art. 5º do Decreto n. 2.225, de 30 de dezembro de 1936,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam incorporados à legislação do ensino normal do Estado de Alagoas os dispositivos dos artigos 17, 23, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, respectivos parágrafos e alíneas da Lei Orgânica do Ensino Normal expedida pelo Decreto-Lei Federal n. 8.530 de 2 de janeiro de 1936.

Art. 2º — Os exames de admissão se realizarão na segunda quinzena de fevereiro precedidas sempre de edital de inscrição com prazo de 10 dias.

Art. 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Maceió, 20 de Novembro de 1951, 63º da República.

ARNON DE MELLO
Ulisses de Mendonça Braga Junior.

NOTICIÁRIO

CURSO DE FÉRIAS — Realizado durante o período de férias 1951-1952, por iniciativa do Diretor da Educação o curso de férias alcançou êxito jamais atingido em cursos semelhantes.

Sob a direção da Prof. Maria Herminia Lins da Rosa Oiticica, contou com uma matrícula efetiva de 320 alunos, submetidos a uma intensa atividade digna de todos os encômios. No Auditório do Instituto de Educação, diariamente reuniam-se professoras de todo o Estado, numa prova marcante do espirito abnegado do professor e da boa vontade do educador alagoano.

Cumpre-nos ressaltar o auxílio prestado pelo Dr. Murilo Braga, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, colocando a disposição do Estado de Alagoas, a Técnica de Educação Dinha de Souza Campos e Miss Rose Alvernoz de Childrem Bureau Americano.

O curso foi dividido em dois períodos. O primeiro compreendendo parte teórica, constante da Metodologia do Ensino Primário e da Sociologia da Educação, sob as orientações de Maria Herminia Lins da Rosa Oiticica e Rose Alvernoz, respectivamente. O segundo constou da parte prática, obedecendo a orientação de Dinah de Souza Campos, foi dedicada ao Material Didático e sua aplicação à escola primária.

—::—

CONCURSO PARA CAPITAL — E' do pensamento da Diretoria da Educação, observando as vagas existentes na Capital e sentindo as necessidades do ensino, realizar em julho proximo, época das férias regulamentares, concurso de 2ª investidura.

Este concurso terá aspecto regularizador, pois, destinando-se a todos professores interessados, será obrigatório para àqueles que se encontram na Capital, irregularmente. Obedecendo a normas especiais, seu programa será baseado no do curso de férias e publicado oportunamente.

—::—

ANO LETIVO — 1952 — Com o comparecimento do Secretário do Interior, do Prefeito da Capital, do Diretor da Educação e demais autoridades, foi realizado no Auditório do Instituto de Educação, sessão solene, dando inicio as atividades dos diversos cursos do Instituto.

Perante todo corpo docente e discente, o Prof. Cônego Helio de Souza, pronunciou a Aula de Sapiencia, dando inicio ao período letivo para o ano de 1952.

S O C I A L

REVISTA DO ENSINO, órgão essencialmente dedicado ao magistério do Estado é com prazer que registra, com os seus cumprimentos, os aniversários das seguintes professoras ocorridos em:

JANEIRO

- Dia 1 — Maria Albuquerque de Araújo
- " 3 — Maria Cabral Tenório
- " 3 — Maria de Lourdes Almeida
- " 5 — Othilia Marques da Cunha Paranhos
- " 5 — Maria Regina da Câmara Scala
- " 6 — Virgília Bezerra de Lima
- " 6 — Irací Machado Sousa
- " 6 — Inês Neto Lobo
- " 7 — Luzia Ambrozio
- " 7 — Maria Julia Miranda
- " 8 — Esmerilda Paranhos de Almeida
- " 9 — Eduardina Onofre de Araújo Barros
- " 9 — Zuléide Veloso Cardoso
- " 10 — Jisélia Porto Cavalcante
- " 11 — Hygina Coelho dos Santos
- " 12 — Marinalva Gonçalves Ferreira da Silva
- " 14 — Vanda Campos Silva
- " 15 — Francisca Paurílio de Lucena
- " 15 — Enaura de Aguiar Peixoto
- " 15 — Luzinete Barbosa Pinto
- " 16 — Adeilde Mata Lopes Ferreira
- " 17 — Eurides Ferreira de Souza
- " 17 — Maria Augusta
- " 17 — Maria do Carmo Almeida
- " 17 — Diva Maria de Almeida Pedrosa
- " 18 — Sebastiana Mendes
- " 18 — Anfrísia Paes de Almeida
- " 19 — Olga Cavalcante Ferreira
- " 19 — Maria Luiza Perdigão Souza
- " 20 — Helia Pinheiro Ramires
- " 21 — Arlete Almeida Vasconcelos Marinho
- " 22 — Edite Macário de Melo
- " 22 — Dalba Correia de Araújo
- " 22 — Amélia de Vasconcelos
- " 25 — Josefa Zezinho de Brito
- " 25 — Helena Raimundo do Nascimento
- " 25 — Maria de Lourdes Cavalcante Melo

- " 26 — Conceição Sandoz Braga
- " 26 — Zilé Miguel da Silva
- " 26 — Alba Lopes Montenegro
- " 26 — Alairde Lopes Barbosa
- " 26 — Maria José Valério
- " 26 — Leticia Pereira de Queiros
- " 26 — Nair Vasconcelos Montenegro
- " 26 — Ylva Valença César
- " 26 — Alice Sales Costa
- " 26 — Alva de Barros Monteiro
- " 26 — Helena Barros de Chagas

FEVEREIRO

- Dia 3 — Alete da Silva Lima de Melo
- " 5 — Glacyra Cabral de Bulhões
- " 7 — Maria Amélia Cotrim Maia
- " 7 — Stella Barroso Soares
- " 7 — Suzana Craveiro Costa de Medeiros
- " 8 — Edla Augusta de Barros
- " 8 — Nylce Alves da Silva
- " 9 — Jaci Loureiro Acioli
- " 10 — Eva Bezerra Brandão
- " 10 — Noélia Sales
- " 11 — Amélia Vasconcelos Rebelo
- " 13 — Maria dos Anjos Pinto Pimentel
- " 14 — Elisabeth Casado de Corqueira
- " 15 — Antonieta Barbosa
- " 15 — Maria José Casado Marinho
- " 16 — Maria do Carmo Ferreira
- " 17 — Eleusa Albuquerque Silva
- " 19 — Elba Saldanha Malta
- " 20 — Onélia Moura de Araújo Porto
- " 20 — Etelvina Pereira Barros
- " 21 — Eulália Moreira da Silva
- " 22 — Anita Garibaldi Murta Pimentel
- " 22 — Lenira Farias Lassa
- " 23 — Corália Cavalcante de Oliveira
- " 23 — Nice Feitosa Almeida Ferreira
- " 24 — Maria Stella Cabral de Almeida
- " 24 — Maria José Brito
- " 27 — Berenice Torres Barbosa
- " 27 — Luíza Pereira Brito
- " 28 — Maria José dos Anjos

- " 28 — Alva Lopes Montenegro
- " 28 — Alaíde Lopes Barbosa
- " 28 — Maria José Valério
- " 28 — Leticia Pereira de Queiroz
- " 29 — Nair Vasconcelos Montenegro
- " 29 — Ylva Valença César
- " 29 — Alice Sales Costa
- " 30 — Afra de Barros Monteiro
- " 30 — Helena Barros de Chagas

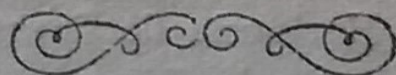
FEVEREIRO

- Dia 3 — Alete da Silva Lima de Melo
- " 5 — Glacyra Cabral de Bulhões
- " 7 — Maria Amélia Cotrim Maia
- " 7 — Stella Barroso Soares
- " 7 — Suzana Craveiro Costa de Medeiros
- " 8 — Edla Augusta de Barros
- " 8 — Nylce Alves da Silva
- " 9 — Jaci Loureiro Acioli
- " 10 — Eva Bezerra Brandão
- " 10 — Noélia Sales
- " 11 — Amélia Vasconcelos Rebelo
- " 13 — Maria dos Anjos Pinto Pimentel
- " 14 — Elisabeth Casado de Cerqueira
- " 15 — Antonieta Barbosa
- " 15 — Maria José Casado Marinho
- " 16 — Maria do Carmo Ferreira
- " 17 — Eleusa Albuquerque Silva
- " 19 — Elba Saldanha Malta
- " 20 — Onélia Moura de Araújo Porto
- " 20 — Etelvina Pereira Barros
- " 21 — Eulália Moreira da Silva
- " 22 — Anita Garibaldi Murta Pimentel
- " 22 — Lenira Farias Lessa
- " 23 — Corália Cavalcante de Oliveira
- " 23 — Nice Feitosa Almeida Ferreira
- " 24 — Maria Stella Cabral de Almeida
- " 24 — Maria José Brito
- " 27 — Berenice Torres Barbosa
- " 27 — Luíza Pereira Brito
- " 28 — Maria José dos Anjos
- " 28 — Alcina de Araujo dos Anjos

MARÇO

- Dia 1 — Maria Luiza Calazans
" 1 — Maria Antonieta de A. Bitencourt
" 2 — Maria José Lima de Albuquerque
" 3 — Stella Domingues Moreira
" 3 — Olindina Pereira da Silva
" 3 — Maria José Pereira de Melo
" 3 — Maria Luzinete Oliveira
" 3 — Julia Pessoa Barbosa
" 4 — Maria José Lopes de Araújo
" 4 — Maria José Moreira e Silva
" 5 — Cornélia Silva Sampaio
" 6 — Osmarina Freire Baracho
" 7 — Nair de Vasconcelos Cavalcante
" 7 — Dilza Mariano Angelo de Barros
" 8 — Marineta Rodriguez Leite
" 8 — Alaide de Alcântara Laudário Neves
" 9 — Aydil do Nascimento Gouveia
" 10 — Antonia de Souza Torres
" 10 — Laura Almeida
" 10 — Cherubina Espinheiro
" 11 — Edwalgina de Souza Barros
" 11 — Flora de Barros Correia Valente
" 11 — Nair de Paula Houli
" 12 — Isabel de Amorim Chaves
" 12 — Miriam de Vasconcelos Rebelo
" 13 — Maria Hortencia de Souza
" 14 — Maria da Cunha Lima
" 14 — Maria Moreira Bastos
" 15 — Maria José da Silva Barbosa
" 15 — Maria D'Anunciação Barros
" 15 — Durvalina da Silva Pontes
" 15 — Doracy Bezerra Brandão
" 16 — Maria Conceição Ramires da Silva
" 17 — Hermínia Lemos dos Santos
" 17 — Lucia Espinheiro Silva
" 15 — Maria José dos Santos Farias
" 18 — Maria de Lourdes Vieira Passos
" 18 — Maria Margarida Silva Pugliese
" 20 — Hildebrando Codá
" 20 — Maria Gerusa Braga de Albuquerque
" 21 — Nair de Almeida Sá
" 22 — Maria José Toledo Vasconcelos
" 22 — Maria Valter Pereira Braga

- 23 — Maria Queiroz de Vasconcelos
" 24 — Durvalina Vasconcelos Palmeira
" 25 — Maria de Lourdes Costa Franco
" 25 — Maria Fragoso Barbosa
" 25 — Maria Guedes Correia Lima
" 25 — Aurea Sucupira de Carvalho
" 25 — Maria de Lourdes Lima e Silva
" 25 — Maria de Lourdes Pinto
" 25 — Maria de Lourdes Silva Mendonça
" 26 — Adelina de Carvalho Melo
" 26 — Lenira Xavier Santos
" 26 — Eunice Silva de Oliveira
" 28 — Julieta Ramos Pereira
" 29 — Albertina Athayde Reis
" 30 — Coralia Gomes Farias
" 30 — Davina Vieira Maciel
" 30 — Maria Antonieta Lemos de Moraes
" 30 — Stela Braga Costa
" 30 — Laura de Souza Campos



AGIR

Ao ilustre professorado Alagoano, a Livraria AGIR Editôra comunica que o seu representante exclusivo para o Estado de Alagoas:

LIVRARIA E PAPELARIA JOSÉ DE ALENCAR
Rua do Comercio, 258
Maceió.

mantem estoque dos livros das séries para o curso primário:

CRIANÇA BRASILEIRA
VAMOS ESTUDAR?
RIQUEZAS DO BRASIL
EXERCÍCIOS DE LINGUAGEM E MATEMÁTICA,

da série admissão e concursos:

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL
SELETA BRASILEIRA
ARITMÉTICA PRÁTICA,

assim como os livros da nova série para o curso comercial básico:

GEOGRAFIA
MATEMÁTICA

agradecendo a preferência que vem sendo concedida às suas edições didáticas.

